



**COLÉGIO PEDRO II**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,**  
**EXTENSÃO E CULTURA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**BRUNO BACELLAR LOPES**

**MEMÓRIAS DA CLASSE OPERÁRIA CARIOCA**  
**Um inventário para construção de roteiros turísticos (Rio**  
**de Janeiro, 1903 – 1906)**

Rio de Janeiro  
2025

**BRUNO BACELLAR LOPES**

**MEMÓRIAS DA CLASSE OPERÁRIA CARIOCA**

**Um inventário para construção de roteiros turísticos (Rio de Janeiro, 1903 –  
1906)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Orientador: Professor Doutor Rogério Cunha de Castro

Rio de Janeiro

2025

**COLÉGIO PEDRO II**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA**  
**BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER**  
**CATALOGAÇÃO NA FONTE**

L864 Lopes, Bruno Bacellar  
Memórias da classe operária carioca : um inventário para construção de roteiros turísticos (Rio de Janeiro, 1903 – 1906) / Bruno Bacellar Lopes. – Rio de Janeiro, 2025.

89 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Rogério Cunha de Castro.

1. Educação profissional. 2. Educação tecnológica. 3. Trabalho e classes trabalhadoras - Brasil. 4. Turismo. 5. Rio de Janeiro - História. 6. Ensino médio integrado. I. Castro, Rogério Cunha de. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 370.113

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.



**COLÉGIO PEDRO II**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



---

**BRUNO BACELLAR LOPES**

**MEMÓRIAS DA CLASSE OPERÁRIA CARIOCA**

**Um inventário para construção de roteiros turísticos (Rio de Janeiro, 1903 –  
1906)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 25 de setembro de 2025.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rogério Cunha de Castro

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional  
(ProfEPT) – Colégio Pedro II  
Orientador

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo.

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional  
(ProfEPT) – Colégio Pedro II

---

Prof. Dr. Selmo Nascimento da Silva

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2025



**COLÉGIO PEDRO II**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



---

**BRUNO BACELLAR LOPES**  
**MEMÓRIAS DA CLASSE OPERÁRIA CARIOCA**

**Um inventário para construção de roteiros turísticos (Rio de Janeiro, 1903 – 1906)**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 25 de setembro de 2025.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rogério Cunha de Castro

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) – Colégio Pedro II  
Orientador

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo.

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) – Colégio Pedro II

---

Prof. Dr. Selmo Nascimento da Silva  
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro  
2025

Dedico este trabalho aos meus amores:  
Pedro de Araújo Bacellar, filho e amigo. E  
à Maria Inês Rocha de Sá, minha mulher  
amada. Minha família.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu Orientador Professor Doutor Rogério Cunha de Castro por ter me acompanhado com enorme zelo, tanto acadêmico como emocional, por ter acreditado na possibilidade deste projeto e produto e pela paciência sempre presente neste período tão difícil. Agradeço aos membros da banca de qualificação que estão presentes na banca de defesa da dissertação, agradeço o incentivo e as preciosas sugestões, incorporadas, à esta pesquisa e produto. Agradeço, novamente ao meu filho, Pedro e minha esposa, Inês, pelo companheirismo e pelo amor que compartilhamos. Agradeço ao Programa de Mestrado em Educação Profissional Tecnológica por abrir as portas aos trabalhadores da educação federal que, cada qual com suas razões, distanciou-se da pesquisa e da academia. Agradeço ao Colégio Pedro II, que me proporcionou afastamento para estudos, através de Edital específico da instituição, sem o qual não conseguiria finalizar esta pesquisa. Agradeço às trabalhadoras e trabalhadores que tudo vem produzindo e elaborando pela humanidade. Ao meu pai, que me deixou cedo, mas enquanto esteve aqui teimou em me ensinar a ser solidário. A minha mãe, que ficou mais um pouco, e me ensinou a ser afetuoso.

## RESUMO

LOPES, Bruno Bacellar MEMÓRIAS DA CLASSE OPERÁRIA CARIOCA: Um inventário para construção de roteiros turísticos (Rio de Janeiro, 1903 – 1906). 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2025.

A presente pesquisa tem como objetivo elaborar um produto educacional que ofereça um inventário de locais para construção de roteiro turístico dedicado à memória das organizações, personalidades e eventos vinculados ao processo de instituição da nascente classe operária brasileira no contexto da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, desenvolvemos um estudo documental e bibliográfico, de cunho exploratório e descritivo, com o fito de reconhecer efemérides no percurso formativo da classe trabalhadora carioca nas primeiras décadas do século XX, estabelecer a interface entre o tema proposto e a literatura sobre turismo, além de identificar espaços de circulação do operariado urbano a partir de documentos textuais e iconográficos. Nesse sentido, o produto educacional proposto visa, ainda, contribuir para que os estudantes do Curso Técnico em Guia de Turismo do Colégio Pedro II sejam capazes de determinar locais de valor turístico a partir da reflexão sobre processos histórico-sociais.

**Palavras-chave:** Curso Técnico em Guia de Turismo; Classe Trabalhadora; Cidade do Rio de Janeiro.

Deixe-me ir  
Preciso andar  
Vou por aí a procurar  
Rir pra não chorar  
Deixe-me ir  
Preciso andar  
Vou por aí a procurar  
Sorrir pra não chorar  
Quero assistir ao sol nascer  
Ver as águas dos rios correr  
Ouvir os pássaros cantar  
Eu quero nascer  
Quero viver.

(Candeia, 1976)

## ABSTRACT

ÚLTIMO SOBRENOME, Nome e demais sobrenomes. **MEMORIES OF THE CARIOCA WORKING CLASS: An inventory for the construction of tourist itineraries (Rio de Janeiro, 1903 – 1906). An inventory of places for the construction of tourist itineraries.** 2025. Dissertation (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2025.

This research aims to develop an educational product in the form of an inventory of places to build a tourist itinerary dedicated to preserving the memory of organizations, key figures, and events related to the formation of the emerging Brazilian working class within the urban context of Rio de Janeiro. To achieve this, a documentary and bibliographic study of an exploratory and descriptive nature was conducted, with the objective of identifying key milestones in the historical development of the working class in Rio during the early decades of the 20th century. The study also seeks to establish a connection between this theme and the academic literature on tourism, as well as to identify urban spaces historically frequented by the working class, using textual and iconographic sources. In this regard, the proposed educational product is designed to support students of the Technical Course in Tour Guiding at Colégio Pedro II in recognizing sites of tourist value through critical reflection on historical and social processes.

**Keywords: Technical Education in Tour Guiding; Working Class; Rio de Janeiro**

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fábrica de tecelagem Carioca .....	46
Figura 2 - Rua Pacheco Leão, local onde ficava a Fábrica de Tecidos Carioca .....	47
Figura 3 - Vista aérea da fábrica de tecidos Aliança .....	47
Figura 4 - Anúncio publicitário do empreendimento imobiliário que foi edificado no local da Fábrica de Tecidos Aliança, após sua demolição (O Globo, 15/01/1945).....	48
Figura 5 - Vista geral da Fábrica Cruzeiro com suas vilas operarias e terrenos adjacentes. Andaraí 1911 .....	49
Figura 6 - Funcionários em frente à Vila Arthur Sauer. Revista da Semana, 10 de março de 1901 .....	61

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CCO – Centro das Classes Operárias.

CPII – Colégio Pedro II.


IFCS – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

PPCGT – Plano Pedagógico do Curso Técnico Subsequente Presencial em Guia de Turismo.

PROPGPEC – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

## LISTA DE SÍMBOLOS

 - Ícone de localização.



– Logo do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológico

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1</b>	<b>Formação da classe operária e experiência.....</b>	<b>20</b>
<b>2.2</b>	<b>Memória.....</b>	<b>23</b>
<b>2.3</b>	<b>Trabalho e Lazer.....</b>	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO.....</b>	<b>34</b>
<b>3.1</b>	<b>Transformações políticas, econômicas e sociais que já se processavam no decorrer e fins do século XIX e início do XX.....</b>	<b>34</b>
<b>3.2</b>	<b>Trabalhadores escravizados e trabalhadores livres – experiências comuns.....</b>	<b>39</b>
<b>3.3</b>	<b>Os Têxteis.....</b>	<b>43</b>
<b>3.4</b>	<b>Sapateiros.....</b>	<b>49</b>
<b>3.5</b>	<b>Estivadores e Trabalhadores em Trapiche e Café.....</b>	<b>53</b>
<b>4</b>	<b>LAZER E MORADIA NA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.....</b>	<b>58</b>
<b>4.1</b>	<b>Associações recreativas dos trabalhadores têxteis do Jardim Botânico.....</b>	<b>59</b>
<b>4.2</b>	<b>Trabalhadores da região portuária: o cotidiano das ruas, Ranchos e zúngus.....</b>	<b>62</b>
<b>4.3</b>	<b>A moradia dos trabalhadores: a Reforma Pereira Passos, as moradias coletivas, a Revolta da Vacina e as vilas operárias.....</b>	<b>64</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>71</b>
<b>6</b>	<b>PRODUTO EDUCACIONAL .....</b>	<b>73</b>
<b>7</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>82</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>
	<b>APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL.....</b>	<b>89</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo, que teve seu início no Colégio Pedro II no ano letivo de 2020, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, faz parte do eixo tecnológico Hospitalidade e Lazer. Como modalidade de lazer, o turismo, além de momento de repouso, se relaciona com formas de realização do prazer em contraposição às obrigações (trabalho, escola) do cotidiano.

Esse momento de repouso pode ser visto como uma conquista advinda tanto das lutas da classe trabalhadora (redução da jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, férias), como possibilitada pelo desenvolvimento tecnológico e de organização do processo de produção capitalista. Esse tempo de descanso, ou de reposição das forças do sujeito produtivo, passível de ser apropriado das mais diversas formas, é

tempo livre, longe de ser um tempo privativo do indivíduo, do seu encontro consigo mesmo, torna-se um tempo social, ou seja, criador de novas relações sociais carregadas de novos valores (RODRIGUES, 2017, p. 19).

Uma das formas em que se dá esse tempo livre é o lazer, por exemplo: viagens, passeios, esportes, cinema, teatro, televisão, *streams*, jogos, video game. O lazer pode, quando circunscrito à lógica da sociedade produtora de mercadorias, torna-se mercadoria a ser consumida. Produto que é posse da empresa capitalista, que tem como finalidade o lucro e não as necessidades humanas.

“Desejamos aproveitar o tempo livre, as férias, para satisfazer nossos desejos, as necessidades que não foram realizadas no dia a dia, no cotidiano do trabalho[...].” (KRIPPENDORF, 2001, p. 30). O lazer, como consumo do tempo livre, quando apropriado como mercadoria, atravessa a possibilidade de o tempo livre ser vivido através do ócio ou através de reflexão da condição do trabalhador dentro do sistema do capital. O ócio seria um momento de contemplação, reflexão, de acordo com Rodrigues (2017), que nos permite conhecer a realidade que nos cerca.

Por um lado, temos um cotidiano experienciado pelos trabalhadores em geral como uma realidade massacrante, potencializado pela alienação/ estranhamento próprio das relações de produção capitalista. O que gera nos sujeitos o anseio pela fuga/evasão deste cotidiano. Por outro lado, temos o estímulo da indústria do turismo aos desejos como forma de consumir o lazer. Como aponta Krippendorf (2001), “A indústria da madeira trabalha a madeira. A indústria dos metais trabalha os metais. A

indústria do turismo trabalha os turistas.” (KRIPPENDORF, 2001, p. 33). Os desejos aí, tornam-se mercadorias, desde a sua criação até seu consumo. Como mercadoria, o tempo livre não pertence ao trabalhador, é apropriação privada do trabalho pelo capitalista. Krippendorf (2001) expõe de que forma isso se concretiza.

A necessidade de relaxamento é comercializada e transformada em viagens de todas as espécies, de acordo com as regras da arte do marketing. As técnicas utilizadas são as mesmas para a venda de aspiradores de pó, automóveis, produtos de limpeza e outros bens de consumo. No entanto, dado o fato de que as operadoras de viagens tiram partido do sentimento nostálgico e dos sonhos e comercializam as paisagens, os seres e as culturas, seria o caso de se pensar que elas detêm uma responsabilidade incomparavelmente maior. Acontece que elas não têm consciência desse fato, ou o ignoram por completo. Os fabricantes da mercadoria “viagens” não são instituições de utilidade pública, mas empresas comerciais, o que, aliás, admitem abertamente. (KRIPPENDORF, 2001, p. 34).

Na citação acima, vemos referências importantes como o “sentimento nostálgico e dos sonhos” e ao fato de que as agências de turismo não são “instituições de utilidade pública”. Podemos entender que a fuga ou evasão do cotidiano é a busca por algo que nos possibilite um encontro com um ser livre das opressões do dia a dia, da exploração a que os trabalhadores estão submetidos nas relações de produção capitalista. Em oposição às empresas comerciais, a característica de utilidade pública nos remete a apropriação coletiva do tempo livre com finalidades que não estariam centradas na venda de mercadorias.

Porém, o lazer, e o turismo como uma de suas representações, pode ser objeto de manipulação daqueles desejos, referidos acima, de sujeitos que buscam um momento que seja antípoda do cotidiano. Momento em que as determinações objetivas<sup>1</sup> da sociedade de classes poderiam ser analisadas criticamente. Tais determinações objetivas, segundo Wood (2003), referem-se às formas de exploração “que se escondem atrás dos ‘fatos’.” (WOOD, 2003, p. 83), como as formas correspondentes de propriedade. No capitalismo, o trabalho cria objetos que não pertencem ao produtor direto. Portanto, o próprio ato de efetivação do trabalho, também não pertence ao produtor direto. Como expõe Marx (2004), “A objetivação

---

<sup>1</sup> “Ele (E.P. Thompson) também estuda a maneira pela qual a relação de exploração foi expressa em ‘formas correspondentes de propriedade e poder do estado’, em formas jurídicas e políticas, e como a intensificação da exploração foi composta com a repressão política contra-revolucionária. São fatores que não podem, do ponto de vista marxista, ser desprezados como ‘subjetivos’; e Thompson os coloca em oposição aos ‘fatos secos’ do argumento ‘empírico’, não como subjetividade contra objetividade, mas como determinações objetivas reais que se escondem atrás dos ‘fatos’.” WOOD, Ellen Meisksins. DEMOCRACIA CONTRA CAPITALISMO a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho.” (MARX, 2004, p. 80 e 81). Esse estranhamento do produto e da atividade do trabalho, converte o próprio trabalho em mercadoria. Para ter os objetos necessários à sua produção e reprodução física e mental, o produtor direto vende / aluga sua força de trabalho.

Não tendo propriedade sobre a criação resultante de seu trabalho, tanto os objetos como o próprio ato produtivo tornam-se “hostis” ao trabalhador. O trabalho torna-se obrigatório, não como atividade orientada a um fim (à criação de objetos destinados à satisfação física e mental do trabalhador), mas como meio de adquirir itens de subsistência para sua reprodução física e mental como trabalhador, como força de trabalho, como mercadoria que produz outras mercadorias. Os “objetos naturais” e a “realidade exterior sensível” se convertem em um mundo alheio ao trabalhador e sua atividade pertence a outro.

Se o tempo livre, usufruído no turismo aponta para a fuga/evasão do cotidiano, sem refletir as formas de existência da classe que vive de seu trabalho. O turismo pode adensar a alienação do trabalhador em relação a estas condições de vida.

Em sua interpretação do conceito de classe, Wood (2003) aponta que: “[...] as determinações objetivas não se impõem sobre matéria-prima vazia e passiva, mas sobre seres históricos ativos e conscientes.” (WOOD, 2003, p. 76). Assim, as opressões e explorações vividas no cotidiano são objetos de reflexão e ação por parte dos trabalhadores que estão em relações sociais particulares, formadas, também, por uma cultura herdada.

Na continuidade de sua discussão sobre o conceito de classe, Wood (2003) adota as posições de Thompson (1981) que entende que classe não é um lugar, mas é relação e processo. Processo e relação que se dão pela experiência, algo vivido em comum que se reflete em ações comuns da classe trabalhadora. Essas experiências também são vividas entre apropriadores e produtores diretos, e não se dão de forma igual em todos os lugares, elas se dão em contextos históricos e culturais particulares.

Logo, estas experiências expressas em ações que objetivam, ou tem como consequência, a modificação das relações sociais existentes (ou a sua conservação), evidenciam, portanto, a ação humana como responsável pelo desenvolvimento da história (WOOD, 2003). Desnaturaliza-se a realidade social, e a reflexão dos seres sociais sobre a ação e criação se torna possível. Tal reflexão possibilita que os sujeitos histórico-sociais se enxerguem como promotores da vida, de sua produção e

reprodução e sua transformação.

Um meio pelo qual podemos analisar a nossa história pregressa pode ser pelos elementos caracterizadores da particularidade da formação da classe trabalhadora. Como aborda a questão em seu livro *Trabalho Urbano e Conflito Social 1890 – 1920*, Boris Fausto (2016) esclarece

de um lado, a consideração do estudo da classe operária como parte integrante de uma história global do país, no pressuposto de que esta incide sobre os próprios destinos da classe e que as contradições sociais envolvem sempre uma dupla relação, em dois sentidos; de outro, a consideração da classe como sujeito de sua história (FAUSTO, 2016, p 23).

A escolha da cidade do Rio de Janeiro tem relação com a localização do curso Técnico em Guia de Turismo do Colégio Pedro II. Além desse fato, a escolha se dá pela concentração da nascente indústria e pelo já desenvolvido setor de serviços (principalmente o vinculado à exportação – os serviços portuários, por exemplo), que proporcionou a aglutinação de sujeitos pertencentes a classe trabalhadora que se formava. Lembremos que já vinha ocorrendo a vinda massiva de imigrantes europeus para o país, porém, a cidade do Rio de Janeiro concentrava maior número de trabalhadores nacionais, incluindo antigo grupamento de trabalhadores escravizados, libertos e livres.

O crescimento da ocupação nestes setores reflete um reerguimento da economia nos de 1903 a 1913. Esse período é rico para a formação da classe em seu aspecto, político, ideológico e cultural. Com diversas greves e formação de organizações e partidos, além dos congressos que exprimiam a tentativa de unidade e ação.

Essa pesquisa se concentrará no evento da Greve Geral de 1903, na cidade do Rio de Janeiro, e nos seus antecedentes e nos seus desdobramentos. Esse evento é ilustrativo da formação da classe em nosso país e na cidade do Rio de Janeiro em particular.

Diante do que apresentei sobre o contexto e delimitação do tema dessa pesquisa, entendo que a elaboração de um inventário para construção de roteiro de memória da formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro, no início da primeira década do século XX, também como produto educacional, pode trazer ao estudante do curso Técnico em Guia de Turismo e futuro Guia Turístico a reflexão sobre a formação da classe trabalhadora (classe a qual o Guia de Turismo pertence),

no sentido de formação como experiência diante das determinações objetivas do sistema do capital. Trata-se de uma reflexão sobre a atuação dos

seres histórico-sociais que atuam no mundo concreto para satisfazerem suas necessidades subjetivas e sociais e, nessa ação, produzem conhecimentos. Assim, a história da humanidade é a história da produção da existência humana e a história do conhecimento é a história do processo de apropriação social dos potenciais da natureza para o próprio homem, mediada pelo trabalho. (RAMOS, 2014, p. 86).

Com a elaboração de inventário de locais para construção de roteiro turístico, também entendemos ser possível outra reflexão, sobre a prática do Guia de Turismo como um profissional capaz de compreender o mundo que o cerca, a partir de uma formação pautada no pensamento crítico e na pesquisa. Onde a problematização de sua condição pode proporcionar a elaboração de roteiros que viabilizem o turismo como um momento de apropriação de elementos de identidade e da cultura por ela produzida.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Formação da classe trabalhadora e experiência

Essa pesquisa adotará a interpretação, sobre o conceito de classe, de E.P. Thompson (1981). O Historiador inglês aborda a questão a partir do conceito de experiência, “categoria que, [...], compreende **a resposta mental e emocional**, seja de um indivíduo ou de um grupo social, **a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.**” (THOMPSON,1981, p. 15. Grifos nossos). Mais adiante, ele observará que “[...] ocorrem mudanças no ser social que dão origem à experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, [...]” (THOMPSON,1981, p. 16). Portanto, o pensamento, que é capaz de alcançar a experiência vivida, reflete sobre ela (experiência), modificando a consciência e (buscando mudar) a realidade.

Thompson (1981) sublinha que a experiência se realiza na vida material, homens e mulheres vivem as “situações e relações produtivas determinadas<sup>2</sup> como necessidades e interesses e como antagonismos [...]” (THOMPSON,1981, p. 182). A experiência implica a presença dos sujeitos, que experienciam as determinações objetivas através de um cabedal intelectual e emocional prévio, que lhes permite apreender as situações vividas.

Thompson (1981) não entende a experiência vivida pelos sujeitos como algo apenas individual. No processo de compreensão de seus interesses e necessidades, a “vontade” que se formula, dá-se em conjunto, acima, ou contra outras “vontades” agrupadas – famílias, comunidades, [...], acima de tudo, como classes.” (THOMPSON,1981, p. 101). A luta entre as “vontades” opostas (a luta entre as classes) resultará em algo diverso do que fora pretendido por cada uma das “vontades agrupadas”. Esse resultado, diverso daquilo inicialmente pretendido, tornar-se-á a situação presente a ser enfrentada.

Em síntese, a classe se forma e é formada ao se defrontar com situações que

---

<sup>2</sup> A palavra “determinada”, para Thompson, tem o sentido de “estabelecimento de limites e aplicação de pressões”. Thompson não enxerga na palavra a ideia de algo fechado ou imune à atuação dos sujeitos, porém, as possibilidades existentes não veem de uma realidade sob o controle daqueles sujeitos.

a fazem agir e refletir sobre seus interesses e necessidades comuns – ser e consciência estão se implicando mutuamente. Ellen Wood (2003), ao discorrer sobre o conceito de classe em Thompson, entende a formação de classe como processo e relação, o que permite analisar as estruturas a partir do desenvolvimento histórico, dando ênfase ao caráter dinâmico e as especificidades das sociedades onde esse fenômeno se dá.

O conceito de classe como relação e processo enfatiza que relações objetivas com os meios de produção são significativas porque estabelecem antagonismos e geram conflitos e lutas; que esses conflitos e lutas formam a experiência social em 'formas de classe', mesmo quando não se expressam como consciência de classe ou em formações claramente visíveis; e que ao longo do tempo discernimos como essas relações impõem sua lógica e seu padrão sobre os processos sociais (WOOD, 2003, p. 78).

Mas essa interpretação não identifica classe apenas na sua relação com os meios de produção. Será dada ênfase ao fato de que as pessoas se reúnem, também, por outros meios (cultura, identidade). A posição que ocupam no antagonismo gerado a partir da relação com o modo de produção e aquilo que possibilita sua reunião é que podem gerar experiências comuns sobre as determinações objetivas compartilhadas. Isto quer dizer que a classe não pode ser anterior aos conflitos, às lutas de classe. A classe forma-se nestes conflitos.

Antes mesmo da generalização do trabalho livre, havia experiências de luta e organização que foram incorporados e serviram como meios para compreensão dos desafios que vieram com a sociedade competitiva recém-inaugurada no Brasil. Assim sendo, partimos do entendimento que não há um marco zero para o surgimento da classe. Portanto, a nossa pesquisa por tratar de identificar os locais representativos para a memória da formação da classe, abarca as diferentes respostas dadas pelos diferentes segmentos da classe, com ênfase no período da greve de 1903. Compreendemos que, caso nossa baliza para interpretar o que é a classe trabalhadora e sua formação se restringisse a conceitos com características definidas a priori, desprezaríamos momentos e locais que contribuíram para o processo de formação da classe trabalhadora carioca.

A importância da leitura dos eventos da Greve de 1903 através da interpretação de Thompson, pode ser verificada na análise da representação dos trabalhadores por suas entidades organizativas. Mesmo não se designando como sindicatos e possuindo características de entidades de auxílio mútuo, característica que estava

normatizada em seus estatutos. Ainda assim, como veremos adiante, exerceram a representação de seus associados nos embates contra a exploração que os trabalhadores sofriam. Organizavam categorias de forma unitária com participação ativa de seus filiados, propunham-se a negociar as reivindicações com o patronato ou a representação estatal.

Adotamos, também, a compreensão de Thompson sobre o que é conceito:

Os conceitos e regras históricas são, com frequência, dessa ordem. Exibem extrema elasticidade e permitem grande irregularidade; o historiador parece fugir ao rigor, ao mergulhar por um momento nas mais amplas generalizações, quando no momento seguinte se perde nas particularidades das qualificações em qualquer caso especial. [...]. O materialismo histórico emprega conceitos de igual generalidade e elasticidade - 'exploração', 'hegemonia', 'luta de classes' - **mais como expectativas do que como regras**. (THOMPSON, 1981, p. 56 e 57. Grifo nosso)

A elasticidade dos conceitos nos permite compreender as particularidades da realidade tendo como pano de fundo as características gerais pertencentes às sociedades capitalistas. As particularidades encontradas veem adensar o conceito (em nosso caso, de classe trabalhadora), complexificando-o. Thompson (1981) adverte que, mesmo o conceito mais amplo, este não se confunde com a realidade, ele apenas se aproxima dela. Para o objetivo desta pesquisa, ter esta compreensão de que conceito não é o mesmo que uma regra rígida à qual a realidade deve se encaixar, é essencial.

De acordo com Ellen Wood (2003), outra expressão conceitual de Thompson que completa nossa interpretação do processo de formação da classe trabalhadora é a de determinações objetivas:

Ele [Thompson] não se interessa apenas por seus [da exploração] efeitos em "sofrimento", mas pela distribuição e organização do trabalho (e também do lazer), especialmente pelas suas consequências para a disciplina e a intensificação do trabalho, por exemplo, com a extensão das horas de trabalho, a especialização crescente, a quebra da economia familiar a maneira pela qual a relação de exploração foi expressa em 'formas correspondentes de propriedade e poder do Estado', em formas jurídicas e políticas, e como a intensificação da exploração foi composta com a repressão política contra-revolucionária (WOOD, 2003, p. 83).

Não foi somente a modificação do processo de produção e das relações de produção que tiveram (ou terão) impacto sobre a formação da classe. As "formas legais e o poder político" que sustentaram (sustentam ou sustentarão) a dominação e a exploração do trabalho livre são vistas como elementos objetivos na formação da

classe trabalhadora.

## 2.2. Memória

Também abordaremos a memória como conceito capaz de recuperar alguns eventos sociais passados, seletivamente obscurecidos. Para os objetivos desta pesquisa, os circuitos e locais turísticos que propomos identificar, e a história que expressam, são o conteúdo de uma narração, que faremos com a finalidade de comunicar às novas gerações eventos do passado que se procuraram ocultar (LE GOFF, 1990). Como conclui le Goff, “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.” (LE GOFF, 1990, pdf. 478). A comunicação dos acontecimentos passados, de atos não presenciados, qualifica a função social do inventário de locais para elaboração de roteiro e circuitos aqui propostos.

Dentro da discussão sobre memória, está o conceito de documento. Lembrando a advertência do próprio le Goff (1990) de que não existe documento/memória coletiva bruta. Os materiais, da memória coletiva e da história

o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 1990, pdf. 462)

le Goff (1990), no capítulo sobre memória étnica, sublinha que a memória tem seu conteúdo ditado por aquele(s) que detendo o poder, dita(m) ou determina(m) aquilo que terá importância para o registro. Mais adiante, le Goff (1990) discutirá a memória a partir da transição da oralidade para a escrita. Neste subcapítulo, interessa para esta pesquisa a discussão sobre a importância dos objetos físicos. A memória passa a estar inscrita nos monumentos, objetos/suportes físicos. le Goff (1990) dá vários exemplos, entre os quais, destaca os gregos e os romanos, onde a memória (os feitos daqueles que detinham o poder designavam como memoráveis) estava inscrita, “Nos templos, cemitérios, praças e avenidas das cidades, ao longo das estradas [...]” (LE GOFF, 1990, pdf. 373). O historiador chega a definir tais suportes como arquivos de pedra, o que conservará a memória de forma durável.

Simônides fixava assim dois princípios da memória artificial, segundo os antigos: a **lembrança das imagens, necessária à memória, e o**

**recurso a uma organização, uma ordem**, essencial para uma boa memória. Simônides acelerou a dessacralização da memória e acentuou o seu caráter técnico e profissional, aperfeiçoando o alfabeto [...]

A Simônides seria devida uma distinção capital na mnemotecnica, a distinção entre os lugares da memória, onde se pode [Pg. 441] por associação dispor os objetos da memória [...] e as imagens, formas, traços característicos, símbolos que permitem a recordação mnemônica. (LE GOFF, 1990, pdf. 380. Grifos meus).

A lembrança das imagens (praças, edificações, ruas) e os correspondentes acontecimentos a elas associados serão objeto do inventário de locais para construção de roteiro/circuito turístico, por meio do qual se buscará introjetar a memória dos eventos tratados nesta dissertação. Por eventos, designamos as ações dos trabalhadores que fizeram parte da experiência que participou do processo de formação de classe.

Sobre a relação entre memória individual e memória coletiva, Maurice Halbwachs (2003) aponta que possuímos, como sujeitos pertencentes a um grupo social, as memórias de nosso grupo – mesmo que tais memórias se refiram a fatos que tenham acontecido antes de nosso nascimento. De fato, quando o autor menciona que podemos expandir nossas memórias através da leitura e da conversa com os que testemunharam os eventos que fazem parte da memória coletiva, ele indica os meios pelos quais adquirimos a memória pertencente ao grupo, à coletividade. Pois, como adverte o autor, essa memória é tomada de empréstimo, ela não se formou na vida íntima e privada do indivíduo (HALBAWCHS, 2003).

O autor, em certo momento avalia que essa memória coletiva “não ultrapassa a duração média da vida humana, [...]” (HALBAWCHS, 2003, p. 109). Então, pode-se questionar se acontecimentos de um passado mais longínquo, podem se tornar parte da memória de um indivíduo que vive em um tempo distante destes acontecimentos? Entendemos que nossa proposta de elaboração de um inventário de locais para construção de um roteiro turístico é a possibilidade de intermediação entre a memória coletiva de eventos do passado e o indivíduo no tempo presente.

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro-negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras. [...] o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, [...]. (HALBAWCHS, 2003, p. 159 e 160).

Mesmo com as transformações urbanas por que passou a cidade do Rio de

Janeiro, ainda persistem velhas edificações, ruas e outros elementos que carregam a marca de eventos passados, importantes no processo de formação da classe trabalhadora carioca. Ainda que as reformas urbanas tenham removido praças, ruas e edificações, estes ainda podem ser localizados no espaço (transformado) da cidade. O Inventário de locais para elaboração do Roteiro de memória urbana da formação da classe trabalhadora carioca alia elementos presentes na visitação, como ruas, praças e edificações, às imagens de arquivo que ilustram como eram esses locais no período histórico ao qual se faz referência – principalmente os eventos relativos à Greve Geral de 1903. A partir dos objetos existentes e das imagens de referência, podemos recuperar sujeitos, grupos particulares e os acontecimentos de então.

### 2.3. Trabalho e Lazer

Discutir o lazer, para esta pesquisa, implica apresentar o nosso entendimento sobre o trabalho. Compreendemos que o trabalho possui centralidade para o gênero humano. Pois, é através do trabalho que a humanidade, no intercâmbio com a natureza, satisfaz suas necessidades – produz e reproduz-se individual e socialmente. O ato de transformação, realizado pelo trabalho, é “tanto [...] momento de surgimento do pôr teleológico quanto como protoforma da práxis social.” (ANTUNES, 2009, p. 136).

O pôr teleológico é a colocação de objetivos, de finalidades, que pretendem atingir algo previamente ideado. A partir das necessidades e das condições existentes (saber acumulado e disponível, técnicas e ferramentas), o ser humano idealiza, dentro de um conjunto de alternativas, a resposta aos desafios que se apresentam. O que foi constituído e cumulado socialmente participa de todo ato de trabalho, logo, é pelo trabalho que o indivíduo se identifica com o gênero humano. Portanto, o trabalho humaniza o ser.

Nesse processo de autorrealização da humanidade, de avanço do ser consciente em relação ao seu agir instintivo, bem como do seu avanço em relação à natureza, configura-se o trabalho como referencial ontológico fundante da práxis social. (ANTUNES, 2009, p. 139)

O que não significa um teleologismo que domine a história (ANTUNES, 2011). Isso fica bem explicado quando Antunes (2009, 2011) discute a relação entre teleologia e causalidade, esta última se apresenta pela materialidade presente. A

causalidade, ou materialidade, pode ser vista tanto como o que nos desafia como o que nos fornece possíveis condições para as respostas às necessidades. A relação entre a teleologia e a causalidade, o processo desencadeado pela primeira, objetivará algo singular que não existia na natureza: o produto do trabalho. Também advindo uma nova causalidade.

Pensar e fazer estão presentes no ato de trabalho, pensar no como realizar a atividade para que resulte na solução ideada. Pensar não apenas as finalidades desejadas, mas os meios (como fazer) para alcançá-las. Portanto, não é apenas o produto do trabalho que se inscreve na materialidade, o processo de trabalho e os conhecimentos desenvolvidos também são incorporados na personalidade do ser e na materialidade/causalidade.

Por meio do trabalho, da contínua realização de necessidades, da busca da produção e reprodução da vida societal, a consciência do ser social deixa de ser epifenômeno, como a consciência animal que, no limite, permanece no universo da reprodução biológica. A consciência humana deixa, então, de ser uma mera adaptação ao meio ambiente e configura-se como uma atividade autogovernada. (ANTUNES, 2009, p. 138)

A partir da compreensão do trabalho como “protoforma da práxis social”, Antunes discute que em relações sociais mais complexas os valores de uso serão produto, além da relação ser humano – natureza, de interações mais frequentes e profundas entre os seres sociais. O autor segue afirmando que tais relações consistem em “convencer outros seres a realizar determinado ato teleológico” (ANTUNES, 2009, 139). O trabalho passa a ser um processo de cooperação interativa.

Antunes (2009), lembrando Lukács, enxerga na cooperação interativa, posições teleológicas secundárias, as atividades de transformação desenvolvidas aí não estariam em relação direta com a natureza. Porém, não se separam do trabalho, da ação teleológica primária. Posto que, as posições teleológicas secundárias visam, dentro da práxis social mais complexificada, a satisfação de necessidades humanas. As atividades teleológicas secundárias não se separam, mas se distanciam, sofrem influência do trabalho ao mesmo tempo que o influenciam. O autor dá como exemplo de atividades (posições) teleológicas secundárias, a ciência e a teoria. Exemplos que nos servem perfeitamente em razão das bases conceituais que regem a Educação Profissional e Tecnológica. Ciência e Teoria ao mesmo tempo que se desenvolvem e se especializam, não deixam estar vinculadas ao Trabalho. O desenvolvimento desses dois campos amplia a causalidade, a materialidade. Isso ocorre tanto na

transformação da realidade material como na transformação da subjetividade do ser social. O ser se transforma à medida que adquire e desenvolve a consciência sobre as etapas do processo que o levam a concretizar o fim desejado.

Esse domínio do corpo humano pela consciência, que afeta uma parte da esfera da sua consciência, isto é, dos hábitos, instintos, emoções etc., é um requisito básico até no trabalho mais primitivo, e deve dar uma marca decisiva da representação que o homem forma de si mesmo. (LUKÁCS apud ANTUNES, 2009, p. 142 e 143)

Essa consciência alcançada pelas posições teleológicas de primeira e segunda naturezas, a que se referem Lukács e Antunes, permite ao ser (o homem, nas palavras de Lukács) enxergar-se, em seu dia a dia, como agente de transformação de si e do mundo. Até o momento tratamos o trabalho apenas como produtor de valores-de-uso. O trabalho apesar de atividade ineliminável por ser mediação com a natureza para a satisfação de suas necessidades. No capitalismo, assume outra função, passa a ser meio de subsistência. Se o trabalho concreto como produtor de valores-de-uso tem em seu processo características particulares que distinguem os diferentes tipos de trabalhos. O trabalho abstrato se caracterizará pela redução ao elemento comum: dispêndio de força física e mental. Isso garantirá a preeminência do valor-de-troca.

Ao se separar os meios de produção do trabalhador direto, faz com que o agente da produção tenha uma relação estranhada tanto com o objeto como com o processo de trabalho. Na formulação que viemos apresentando desde o início desta seção, o trabalho aparece como aquilo que permite ao ser sua identificação com o gênero humano. Já, o trabalho estranhado, reduz o trabalhador a mercadoria que produz outras mercadorias, o trabalhador torna-se coisa. O trabalho deixa de ser expressão do agente produtivo, o que impede que se reconheça, pelo trabalho, no gênero humano. Por não ser mais um ato consciente, o trabalho e o trabalhador passam a ser submetidos a uma força alheia, o capital.

Desta forma, de acordo com Marx (2003) nos Manuscritos econômico-filosóficos, o trabalhador deixa de se reconhecer através do trabalho e sente-se mais íntegro longe do labor. O que não é o mesmo que dizer que nos momentos em que se afasta das obrigações de trabalho o ser está livre e/ou apto a escolher as atividades que o colocam em direção à sua humanização. “[...] surge um novo problema: aquela manipulação, que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais, ergue uma barreira no interior dos indivíduos, entre a sua existência e uma vida rica de sentido [...]” (LUKÁCS apud ANTUNES, 2011, p. 149).

O papel da “mass media” é importante nas escolhas das atividades de lazer através da insistência em alguns produtos turísticos a serem consumidos. O ser tem a ilusão de que escolhe o que quer desfrutar no seu tempo livre de trabalho. Porém, se o trabalho, no capitalismo, não é a expressão livre do ser pois, como trabalho estranhado, é, antes, meio de obtenção de coisas para satisfação de suas necessidades. O indivíduo não escolhe, em seu tempo livre, aquilo que em seu ser represente o conhecimento de si e da realidade circundante.

É evidente, entretanto, que a emancipação do trabalho não se confunde com tempo livre ou liberado, mas sim com uma nova forma de trabalho, que realize, em sua integralidade, a omnilateralidade humana, o livre desenvolvimento das individualidades, a plena realização e emancipação do ser social. (ANTUNES, 2011, p. 150)

O desenvolvimento técnico e tecnológico da produção é um fator que permite a liberação de tempo, mais do que isso, é um fator que possibilita ganho de tempo. Porém, através da lógica capitalista de auto expansão descontrolada, de ampliação de extração de mais valia relativa, o desenvolvimento tecnológico tem gerado uma série de perdas de direitos e desregulações do trabalho e a ampliação do desemprego permanente (ou estrutural). O tempo livre por si só não é garantia de reflexão sobre o trabalho estranhado como forma de exploração, não é garantia de reflexão sobre identidade do ser com o gênero humano. Mesmo assim, o tempo livre é objeto de luta da classe trabalhadora contra a exploração, contra a extração de mais-valia absoluta e relativa. O tempo livre é objeto de luta da classe trabalhadora por uma vida que não se limite ao trabalho. O lazer, como forma de apropriação social do tempo livre, pode ter características distintas na medida que o entendemos em sua relação com o trabalho.

Por outro lado, Stanley Parker, em *Sociologia do Lazer* (1978), apresenta algumas formulações que procuram conceituar o Lazer, dividindo-se entre aquelas que dão prioridade ao tempo livre (do trabalho, da família, das relações sociais etc.), e, aquelas que se atêm à qualidade da atividade em si e/ou para o sujeito. O autor entende que ambas as dimensões, tempo e atividade, são importantes para o lazer. “A quantidade de tempo de que dispomos para o lazer determina o que podemos fazer nesse período [...]” (PARKER, 1978, p. 21).

Mesmo que entendendo o tempo livre como elemento necessário ao lazer, Parker (1978) não reduz este àquele. Tempo livre, ou liberado, é entendido como tempo não dispendido com as obrigações de labor, que ganha destaque com a

Revolução Industrial. (Lembremos que a maior presença de trabalho morto potencializa a liberação de tempo do trabalho). Paul Lafargue, em *O Direito à Preguiça*, ao falar do aumento da produtividade, vislumbra que a diminuição da jornada de trabalho possibilitaria, ao proletariado, a prática das virtudes da preguiça (LAFARGUE, 1980) – cabe a advertência de que, com aumento do desemprego permanente, gerado pelo desenvolvimento tecnológico da maquinaria, trabalhadores desempregados estão longe de gozarem plenamente deste tempo disponível.

As “virtudes da preguiça”, ou a qualidade das atividades realizadas, em conjunto com o tempo de trabalho liberado, são fundamentais para a definição de lazer. Convencido desta importância, Parker destaca que, em alguns estudos, os valores do lazer são condicionados pelos valores do trabalho, o que significa dizer que tais atividades podem ser “uma reação ao trabalho ou formas de ‘antilazer’.” (PARKER, 1978, p. 46). As atividades de lazer, como reação ao trabalho, podem corresponder a diferentes fins, seja para o prazer em si que tais atividades proporcionam, seja para a fuga ou evasão de um cotidiano sem sentido. O ‘antilazer’ é entendido como atividade impregnada por valores do mundo do trabalho estranhado: atividades impostas de fora; padronizadas; atividade que se torna meio para alcançar objetivos de outras esferas sociais.

Se um homem trabalha sem estar genuinamente ligado ao que faz, se compra e consome utilidades abstrata e alienadamente, **como pode ele fazer uso de seu tempo de lazer de modo ativo e significativo?** Permanecerá sempre o consumidor passivo e alienado. Ele “consome” jogos, filmes, jornais e revistas, livros, conferências, belezas naturais, reuniões sociais... Na verdade, **não está livre para usufruir "seu" lazer; o consumo de seu tempo de lazer é determinado pela indústria, assim como o são as utilidades que compra; seu gosto é manipulado, ele quer ver e ouvir aquilo a que é condicionado a querer ver e ouvir.** (FROMM apud PARKER, 1978, p. 53. Grifos nossos.)

Podemos dizer, de acordo com o trecho acima, que o trabalho estranhado incide fortemente nas escolhas de um lazer estandardizado (ou na falta de autonomia para escolha). A perda de sentido na esfera do trabalho, conduz a um consumo alienado. Rodrigues (1999) desnuda essa forma de consumo dos produtos turísticos, ao dissertar sobre o espaço em sua relação com o turismo. O autor nos fala de como as “fantasias” dos indivíduos passam a ser objeto de captura daqueles que promovem o comércio turístico. Os desejos, frequentemente associados ao distanciamento de um cotidiano exaustivo, passam a ser transformados em respostas. A imagem do espaço turístico é elaborada para que tais respostas se convertam no produto turístico

a ser ambicionado. As imagens que representam o produto turístico seriam propostas pela propaganda midiática sustentada pela indústria do turismo. Portanto, o consumo do turismo, como forma de lazer, também é impregnado por formas padronizadas de comportamentos.

Ao apresentar uma das concepções que defendem que o lazer pode ser gozado durante o labor, Parker (1978) cita, por exemplo, músicos e artistas em geral como profissões que possibilitam o prazer durante sua execução. Porém, sublinha Parker (1978), mesmo que obtenha prazer no exercício de sua profissão, não é livre na escolha relativa à execução desse exercício, o executa como meio para obtenção de outras mercadorias para sua satisfação – não é um fim em si. E, mesmo extraindo prazer de sua profissão, não significa que esses profissionais não busquem o lazer para obter outras experiências que ampliem a percepção de si e o conhecimento mais aprofundado do gênero humano e da múltipla e diversa cultura por ele produzida. Repetindo à exaustão, inferimos dessas conclusões que as atividades e o tempo de que dispomos para elas têm enorme importância na conceituação do lazer.

O lazer, por se realizar no tempo liberado do trabalho e por se expressar em atividades determinadas pela relação que o indivíduo possui com o trabalho, nos permite afirmar que ambos possuem uma relação íntima e dependente. Portanto, o lazer pode assumir funções “continuadoras ou compensatórias” às ocupações laborativas – Parker (1978) usa as expressões “extensivas e opositoras” (o autor acrescenta uma terceira, “neutra”). As expressões continuadoras ou extensivas fazem referência às qualidades presentes no labor que permanecem na atividade de lazer. As expressões compensatórias ou opositoras estão relacionadas às atividades que visam recuperar a força física, mental e emocional do trabalhador, ou se afastam de qualquer similaridade ao trabalho, respectivamente. Parker (1978) enxerga as formas de classificação do lazer descritas acima, como perspectivas funcionalistas do lazer. Essa perspectiva, vê o lazer a serviço de outra esfera social. A constatação da existência de formas de lazer subordinadas ao trabalho, inclusive a forma do trabalho estranhado, demonstra que não se pode ter uma visão estanque dessas distintas esferas sociais.

Também cabe aqui a advertência de Marcellino (2003) quanto a um fatalismo que nos impediria de atuar na esfera do lazer como um campo que possibilita o questionamento dos valores que regem o trabalho estranhado, ou esfera que permita nossa ação por uma humanização do ser social. Por mais contraditório que pareça,

quando se observa que a sociedade capitalista, sendo a Revolução Industrial ponto de tensão crucial, aprofundou a separação do trabalhador do produto de seu trabalho, realizando uma desidentificação crescente entre o agente produtor e o produto de seu trabalho, transformando seu fazer em algo sem sentido (temos em mente a grande especialização do trabalho e o crescente trabalho parcelar) e, por consequência, levando a perda da identidade com gênero humano.

Podemos dizer, por outro lado, que o modo de produção, expresso em certo sentido pela Revolução Industrial, também promoveu a separação entre espaço e tempo dedicados ao trabalho e o espaço e o tempo dedicados à vida privada e às relações sociais e culturais, o que teve papel significativo para especialização e independência relativa do lazer enquanto esfera de ação social. Lembrando que esse tempo livre de trabalho não foi uma doação do sistema capitalista aos trabalhadores, por mais que fosse necessário incentivar a ampliação do consumo do proletariado, colaborando para a expansão do capital. A redução da jornada de trabalho, os fins de semana de descanso, as férias e aposentadoria são produtos das lutas dos trabalhadores que se erigiram em direitos sociais. Tudo isso em oposição àquelas condições de vida produzidas pelo trabalho subordinado ao sistema capitalista e o advento da Revolução Industrial.

A partir destas novas condições, o lazer traz consigo questionamentos sobre o tempo livre de trabalho que se chocam com os valores do sistema capitalista. O fenômeno do tempo, por exemplo, enquanto apropriado pelos ritmos da expansão do capital não será ditado pelas requisições de nossa existência. Já, quando apropriado pelo lazer, o tempo pode se tornar objeto de reflexão, pois é vivido, supostamente, pelos nossos desejos de satisfação e realização pessoal. Sublinhando que Marcellino (2003) adota como parte da definição de lazer, em oposição a ideia de ócio, que aquele é uma ocupação, dentre outras, escolhida pelo ser social.

**Espero ter deixado clara minha adesão ao conceito de lazer que considera as variáveis tempo e atitude e enfatiza a qualidade das ocupações;** mas o fato de concebê-lo num tempo determinado não quer dizer que o coloco isolado da problemática verificada nas outras esferas da vida humana. Pelo contrário, **considero que a luta pela democratização quantitativa e qualitativa do lazer não pode estar dissociada da realidade total e que, se assim for orientada, deve contribuir não só para a superação das contradições existentes na área específica do lazer, mas também para soluções mais abrangentes. Em termos da vida social como um todo.** (MARCELLINO, 2003, p. 28. Grifos nossos)

Compartilho das ideias de Marcellino (2003), que ressalta o caráter total do ser

social. Contrariamente às concepções que isolam estas duas esferas, trabalho e lazer como momentos distintos, o lazer distancia-se do trabalho, mas dele não se separa. Não vemos o lazer como solução que vem de fora, para resolver o estranhamento gerado pelo trabalho abstrato. O lazer pode gerar questionamentos ao trabalho estranhado e possibilitar o vislumbre de alternativas nas escolhas de atividades, além da assunção do controle do tempo pelo ser social.

Algo a pôr em relevo, é que o lazer, e o turismo como sua expressão, é a ocupação do tempo com fins e atividades definidas. Esse tempo de não-trabalho é objeto de apropriação, como já demonstramos acima. Rodrigues (1999) esclarece que o tempo “liberado” (do trabalho e outras obrigações sociais) se torna tempo a ser consumido com alguma atividade que pode ser a concretização das fantasias de evasão do cotidiano. A busca pela natureza como forma de conexão do ser com sua essência, oposto ao meio urbano artificial e opressor. Imagens bem construídas e manipuladas pela propaganda das agências promotoras de turismo. Por outro lado, como o tempo liberado do trabalho foi e é objeto das lutas e conquistas dos trabalhadores em oposição às extenuantes condições e ritmos do trabalho, a apropriação desse tempo é disputada por uma insatisfação com as formas usuais de lazer.

Um exemplo bem diferente de formas "quadradas" e "transgressoras" da mesma atividade básica nos é fornecido pelos "passeios sensoriais" urbanos, nos quais os participantes são convidados a parar, escutar e olhar. O passeio convencional, chamando a atenção para as características "desejáveis" das obras executadas pelo homem, pode ser uma boa oportunidade de relações públicas para a autoridade local. Por outro lado, um passeio "contracultural", mostrando as piores falhas dos planejadores, pode tornar-se uma atividade revolucionária. (PARKER, 1978, p. 58)

Podemos afirmar que as atividades de lazer, o turismo com suas viagens, são experiências que objetivam uma quebra no cotidiano. O que Parker (1978) chama a atenção é que o lazer e os roteiros turísticos podem se efetivar em atividades que proporcionem sentido àqueles descontentes com status quo. Ou seja, há uma diferença que surge a partir da procura por atividade de lazer que proporcione sentido à sua vida, e não apenas o repouso ou a fuga. O turismo cultural, por exemplo, caracteriza-se pela procura do turista por conhecer a história e cultura de um segmento de uma determinada sociedade, região ou país “nas suas tradições e nas suas manifestações culturais, históricas e religiosas” (MOLETTA apud BATISTA, 2005, p. 31).

Entendemos que esse tipo de turismo é um caminho diferente. Caminho em sentido figurado e literal. Figurado, pois representa um percurso por memórias que se tem tentado obscurecer e por isso, é preciso percorrer esses momentos de formação da classe. Literal, pois se trata de um roteiro que elenca espaços da cidade que, a princípio, não são considerados como pontos turísticos, espaços que, em alguns casos, em função das modificações urbanas que sofreu a cidade do Rio de Janeiro, já não são mais os mesmos. O Guia de Turismo, pode assim, ensinar um caminho reflexivo.

### **3. CONTEXTUALIZAÇÃO**

#### **3.1 Transformações políticas, econômicas e sociais que já se processavam no decorrer e fins do século XIX e início do XX.**

Falar do processo de formação da classe trabalhadora urbana no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, implica analisar suas experiências. O que, por sua vez, nos obriga a uma explanação sobre as condições gerais de vida dos sujeitos que encarnavam a classe trabalhadora no início do século XX. Para tanto, é necessário falar, mesmo que brevemente, dos efeitos das transformações políticas, econômicas e sociais que já se processava no decorrer e fins do século XIX e início do XX.

Uma dessas transformações, foi a vinda da Corte e a instalação do aparelho de administração estatal na cidade do Rio de Janeiro. Isto levou à expansão do espaço urbano, o que elevou as despesas públicas, registrando-se um aumento de atividades comerciais e financeiras. A presença das casas comissionárias “responsáveis pela comercialização do café e funcionando como estabelecimentos bancários financiadores da plantação e do custeio das fazendas” (AZEVEDO, 2005, p. 14), e a localização do principal porto para entrada e saída de mercadorias e pessoas, eram os elementos responsáveis tanto pela atração de migrantes e imigrantes, como de investimentos no setor secundário e de serviços.

Outra transformação é o protagonismo do café como principal produto de exportação, que demandou da empresa agrícola algumas soluções, entre elas a questão da mão de obra. Mattos (2004a) observa que a elevação do valor da mão de obra escravizada, vinda do Nordeste (da decadente empresa de cana-de-açúcar) em razão da proibição do tráfico internacional, levou à venda de trabalhadores escravizados da cidade do Rio de Janeiro para a área de produção cafeeira no Vale-do-Paraíba.

O que fez decrescer o número de negros escravizados na cidade do Rio de Janeiro. Os postos de trabalho, antes ocupados por estes, passaram aos trabalhadores livres dos quais a maioria era de imigrantes. Por certo que o acúmulo de capitais e a vindoura crise do café no Vale-do-Paraíba favoreceram o direcionamento dos investimentos para o setor secundário e, conseqüentemente, para o setor de serviços (em especial, os de transportes). Ainda assim, a diversificação da “estrutura social do conjunto do país” (FAUSTO, 2016, p. 38) foi limitada. A maior parte

da população continuou concentrada no campo e a exportação de café a principal atividade econômica, concentrando poderes nas mãos da oligarquia cafeeira.

Fausto (2016) demonstra essa concentração a partir do estudo de Annibal Villanova e Villela e Wilson Suzigan, onde se vê que nos anos de 1872, 1900 e 1920 mais de 50% da população ocupada estava localizada na agricultura; apenas em 1920 é que se chegou ao maior percentual da população ocupada localizada na indústria, quase 14%; enquanto, no setor de serviços, no mesmo ano, 16,5% estava localizada neste setor. O que, para o autor, era um fator que limitava a capacidade de influência dos movimentos do proletariado nascente sobre a conjuntura nacional.

Isto ocorria porque, mesmo com a população economicamente ativa concentrada no campo, ali havia maiores dificuldades à formação da classe trabalhadora como grupo social coeso. Pois, a dispersão dos trabalhadores em fazendas distantes umas das outras, o poder político concentrado nas mãos dos fazendeiros e sua forte influência sobre a polícia e a magistratura impediam a ação dos trabalhadores no campo, criando obstáculos a sua organização. O que limitava a identificação de situações adversas comuns e sua organização como classe para combater estas adversidades. (FAUSTO, 2016)

Já a cidade, em fins do século XIX e início do XX, possuía características que possibilitaram a dinamização do processo de formação do proletariado urbano: “um quadro objetivo de exploração que podia ser interiorizado coletivamente, dada a facilidade de contatos...” (FAUSTO, 2016, p. 40). O que permitia um reconhecimento coletivo de uma situação comum. Outra característica, é a possibilidade de propaganda de ideias contrárias ao sistema capitalista. Ideias estas, que o autor atribui à vinda das grandes levas de imigrantes europeus.

Maria Cecília Velasco e Cruz adverte que

Em certo sentido, e de forma mais ou menos nuançada, nos estudos sobre o movimento operário das décadas posteriores à Abolição, prevaleceu por um bom tempo a imagem da anomia, da marginalidade e do despreparo dos ex-escravos para o trabalho autônomo na ordem capitalista competitiva, esboçada nas análises sociológicas de Fernandes. **Com isso, a história social dos escravos e a da classe operária brasileira foram concebidas como campos historiográficos distintos e apartados, pois seus objetos eram realidades sem comunicação.**

**Este não é mais o estado da arte, é claro.** (CRUZ, 2010, p. 114. Grifos meus)

Mattos (2010) lembra que a “Escravidão urbana [era] caracterizada pela diversidade de formas de emprego da força de trabalho cativa.” (MATTOS, 2004a, p.

232). Entre as ocupações dos trabalhadores escravizados, o aluguel (o escravo de ganho) para determinados ofícios era comum, às vezes para ofícios especializados – o que levava a uma maior qualificação dos trabalhos realizados por trabalhadores escravizados. Esta modalidade de exploração do trabalho escravo, inseria o cativo “em relações monetárias, embora continuassem a ser propriedade de outrem.” (MATTOS, 2004a, p. 233).

Nesta configuração, de um lado, permanecia a relação escravista com o senhor, de outro, o(a) trabalhador(a) escravizado(a) vendia a terceiros sua força de trabalho, sendo assim, era inserido em relações mercantis de trabalho. Tais relações ocorriam através de diferentes profissões que escravizados(as) ocupavam, como: marítimos, industriais, operários, costureiras. Esta situação permitiu que trabalhadores livres e trabalhadores escravizados convivessem e trocassem experiências no espaço de trabalho e nas ruas da cidade.

Essas relações – por vezes conflituosa, por vezes solidárias – entre trabalhadores livres e escravizados se dá entre os trabalhadores nacionais e com trabalhadores imigrantes. Sobre a imigração, lembremos que a política de imigração subvencionada pelo Estado, fomentada pela oligarquia cafeeira, possibilitou uma sobre população de mão de obra nas atividades agrícolas exportadoras. Citando, novamente, os estudos de Villela e Suzigan, o historiador Boris Fausto (2016) expõe que de 1872 a 1920 cresce a população economicamente ativa e a população ocupada, sendo que a primeira em proporção maior que a segunda.

A existência de uma população economicamente ativa sobrando e o difícil acesso à terra (a sua compra) pelo imigrante, favoreceu uma migração do campo para o centro urbano no caso do estado de São Paulo<sup>3</sup>. O autor expõe que a política de imigração obedeceu a “uma grande e calculada oferta de trabalho” (FAUSTO, 2016, p. 43), gerando um proposital excesso de trabalhadores. Como conclui o nosso autor “Assim, quando São Paulo iniciou essa arrancada (da industrialização), a partir de 1905 aproximadamente, não se registrou nenhuma crise de mão de obra, o que de resto favoreceu o processo de acumulação.” (FAUSTO, 2016, p. 43).

Diferente de São Paulo, o Rio de Janeiro, mesmo tendo recebido um número expressivo de imigrantes europeus, teve na migração interna de nacionais e na

---

<sup>3</sup> Dulles confirma essa migração do campo para cidade originada da frustração do acesso à terra, que expressaria o desejo de ascensão do imigrante europeu: “Alguns refluíram de experiências desastrosas nas fazendas de café, muitos desiludidos com a ‘terra prometida’.” (Dulles, 1973, p. 17).

permanência do antigo agrupamento escravizado relevância na composição da classe trabalhadora. Fausto (2016) observa, a partir de dados do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, que em 1890, no Distrito Federal, um pouco mais de um terço da população empregada na indústria manufatureira era identificada como Preto, Caboclo ou Mestiço. O que não impediu o embranquecimento da classe trabalhadora carioca, a partir da imigração massiva de trabalhadores(as) europeus(eias), desde o fim do século XIX (CRUZ, 2000).

Observa-se que a composição racial da classe trabalhadora carioca foi se modificando ao longo do século XIX. Recuando um pouco no tempo, Cruz (2000) traz dados do recenseamento de 1849, onde se verifica que na cidade do Rio de Janeiro “se concentrava a maior população escrava urbana do país” (CRUZ, 2000, p. 254). Do total de 110.602 cativos, 78.855 se encontravam nas freguesias urbanas. Anos mais tarde a situação se modifica.

É que a cidade era de fato outra. Embora ainda existissem no Município Neutro 29.882 escravos segundo estatística de julho de 1885, a relação entre brancos, negros e mestiços havia se alterado de modo radical na população como um todo, inclusive entre as classes trabalhadoras. (CRUZ, 2000, p. 265)

Apesar das “limitações dos censos demográficos e de outros registros do movimento de população dificulta(rem) qualquer tentativa de generalização.” (LOBO e STOTZ, 1985, p. 56), o censo de 1872 e 1890 expõe uma maior participação de não-naturais da cidade do Rio de Janeiro em seu crescimento demográfico. A origem deste não-naturais diverge entre os pesquisadores. Porém, é importante destacar a migração vinda do Nordeste (LOBO e STOTZ, 1985).

Em ambos os casos, seja em São Paulo ou na cidade do Rio de Janeiro, a formação do exército industrial de reserva serviu para regular salários ao gosto dos patrões e como forma de desestimular a participação de trabalhadores em movimentos reivindicatórios e na construção ou adesão às organizações representativas da classe.

O controle exercido sobre a classe trabalhadora não se limitou à regulação e achatamento dos salários, foram adotados outros meios que veem desde antes da abolição. Já em 1853, o Código de Posturas ordenava que, além de ser necessário adquirir uma Licença na Câmara Municipal por meio de “um fiador”, “de ser garantido por um homem de fé”, trabalhadores livres precisavam se Registrar junto à Polícia.

O que sobressai da postura dos representantes dos proprietários ante à

perspectiva de se abolir o trabalho escravo, é a urgência da disciplinarização do trabalhador livre. Um dos meios utilizados eram as multas em caso de descumprimento “dos regulamentos internos nas fábricas.” (LOBO e STOTZ, 1985).

A compulsão para o trabalho tornou-se cada vez mais acentuada no final dos anos da década de 1880. A repressão à vagabundagem, com a deportação de ‘desordeiros’ e ‘vagabundos’ para o Mato Grosso, foi notícia frequente na imprensa desse período. [...]. Ao mesmo tempo, a greve era definida como crime desde que atentava contra a liberdade do trabalho. (LOBO e STOTZ, 1985, p. 56)

A deportação de trabalhadores imigrantes, comumente acusados pelo Governo de integrarem organizações subversivas, também foi utilizada para desestimular as tentativas dos trabalhadores se organizarem e reivindicarem direitos. Já em 1895, trabalhadores italianos publicam no periódico *Il Diritto*, mantido por operários italianos, seu protesto contra as expulsões promovidas pelo governo do estado de São Paulo que acusava os expulsos do território brasileiro de “filiação a partidos subversivos” (CARONE, 1984, p.109). No diálogo que se segue, compreende-se que a expulsão de trabalhadores(as) imigrantes era uma forma de coerção a qualquer trabalhador(a), independentemente de ter ou não como concepção de mundo o anticapitalismo.:

- Por que cantam?
- Como um protesto contra a injustiça que sofremos.
- Qual a razão de virem deportados?
- Uns por trabalhar pelos pequeninos, pelos fracos, pelos oprimidos. Outros **por se terem declarado em greve para levar mais pão a sua mulher e seus filhos.**
- Então são grevistas?
- Quase todos.
- É isso mesmo! **Basta a gente reclamar para ser anarquista.** (CARONE, 1984, p.114. Grifos meus).

Alguns imigrantes, por terem conhecimentos especializados de alguns ofícios e pela predominância de oficinas artesanais no princípio de nossa industrialização, tiveram êxito na “ascensão através do esforço individual” (FAUSTO, 2016, p. 51). Porém, a massa dos estrangeiros “cristalizou-se como classe trabalhadora urbana” (FAUSTO, 2016, p. 50). As condições de vida de operário, de trabalhador, e a impossibilidade de realizar um projeto individual de ascensão social, acabam por sobrepor a identidade de classe à nacionalidade.

Se por um lado, apoiando-se em dados quantitativos retirados do censo de 1920, Fausto<sup>4</sup> sublinha a importância do trabalhador imigrante europeu para a

---

<sup>4</sup> O autor acrescenta números relativos à indústria têxtil do Estado de São Paulo, de 1912, onde primeiro nos chama a atenção a existência de 31 fábricas na capital das 33 existentes em todo estado. Porém, o fato de maior relevância é que do total de operários, 88% não eram brasileiros natos (FAUSTO, 2016,

formação da classe trabalhadora no Brasil, que em São Paulo registrava que 51% da população ocupada na indústria e 58% nos serviços era composta por imigrantes. Por outro lado, os percentuais que refletem a ocupação dos postos de trabalho por imigrantes na cidade do Rio de Janeiro eram inferiores aos de São Paulo, sendo “35,2% na indústria e 38,8% nos transportes em geral, sendo, porém, de 53,2% nos transportes terrestres e marítimos” (FAUSTO, 2016, p. 50) <sup>5</sup>.

No entanto, apesar da importância dos dados quantitativos, há outras formas que permitem entender o processo de formação da classe trabalhadora brasileira, em geral, e a carioca, em particular. Uma destas formas, é recuperar as experiências de trabalhadores livres e trabalhadores escravizados, que, seja reivindicando melhorias salariais e redução de jornada de trabalho, ou, agindo para impedir a venda de cativos como meio de punição. Tanto trabalhadores livres como trabalhadores escravizados lançavam mão da ação coletiva no espaço comum de trabalho para paralisar a produção, como meio de pressão por suas demandas. (MATTOS, 2004b)

### **3.2 – Trabalhadores escravizados e trabalhadores livres – experiências comuns.**

Antes de avançarmos sobre a situação dos trabalhadores no início do século XX, é importante recuar no tempo. Pois, de acordo com a advertência de Cruz (2010), não podemos entender a formação do proletariado urbano da cidade do Rio de Janeiro como algo apartado da história dos(as) trabalhadores(as) escravizados(as).

As primeiras organizações operárias que surgem em meados do século XIX tinham caráter mutualista, de início atuavam com objetivo de socorrer seus associados em caso de doença, despedida ou se viessem a ficar inválidos para o trabalho. O que não significa que por essa época os trabalhadores, fossem os livres ou os escravizados, não agissem diretamente para melhorar suas condições ou remediar danos e punições. As ações coletivas no interior de unidades de produção e ou locais de trabalho, não necessariamente contavam com instituições formais de organização dos trabalhadores, mas buscavam atingir suas demandas por meio de movimentos paredistas.

Em 1857, por exemplo, “[...], os escravos do estabelecimento de Ponta da Areia

---

p. 50)

<sup>5</sup> No caso dos serviços portuários, a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café por anos foi controlada por nacionais, trabalhadores negros que exerciam esta função desde o período escravocrata. Falarei um pouco mais sobre o Resistência mais à frente.

[...] levantaram-se e recusaram-se a continuar no trabalho, sem que fossem soltos três dos seus parceiros” (LINHARES, 1977, p. 32)<sup>6</sup>. Em 1858, foi a vez dos tipógrafos paralisarem em greve, reivindicando aumento salarial<sup>7</sup>. Fazendo referência a outra fábrica (de velas e sabão), Mattos (2004b) aponta outro caso no qual os trabalhadores escravizados agiram coletivamente em protesto à possível venda de outros operários escravizados.

há episódios ainda mais significativos, que revelam um nível bastante elevado de inter-relação entre organizações, formas de ação coletiva e movimentos sociais de trabalhadores escravizados e livres. (MATTOS, 2004b, p. 31)

Exemplo dessa interessante inter-relação a atuação do padeiro João de Mattos. Atuação que se inicia na cidade de Santos e precede a abolição. Através da ação coletiva, os trabalhadores de 3 ou 4 padarias paralisaram os trabalhos com a finalidade de possibilitar aos padeiros escravizados a fuga, incluído a feitura de documentos de alforria falsos, a fim de que conseguissem trabalho. João de Mattos foi preso e posteriormente expulso da cidade de Santos. Migrou para cidade de São Paulo, onde fez o mesmo que em Santos, agora elevando o número de padarias envolvidas, 11 ou 12. (MATTOS, 2004b)

João de Mattos migrou para a província do Rio de Janeiro onde fundou, em 1880, a Sociedade de Combate dos Empregados de Padaria, por ser um Bloco de Defesa que visava “guerrear a propriedade escrava” (MATTOS apud MATTOS, 2004b), funcionava clandestinamente sob o disfarce de um curso de dança. Através da Sociedade de Combate dos Empregados de Padaria, novos levantes (paralisações do trabalho) foram organizados e novas fugas aconteceram e mais uma vez João de Mattos foi preso.

“[A]pós destruir o ‘poderio escravocrata de fato’, nas lutas seguintes haveriam de conseguir ‘destruir a [sic] dos escravizados livres, que continuam só com o direito de escolher este ou aquele senhor’.” (MATTOS, 2004b, p. 32). João de Mattos e os padeiros continuaram a lutar mesmo após a abolição do trabalho escravo. O envolvimento do líder padeiro prosseguiu e resultou em 1898 na fundação da Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados de Padaria, que mais tarde

---

<sup>6</sup> Trecho retirado do periódico A Pátria, 26/11/1857. A Ponta da Areia era uma indústria pertencente ao Barão de Mauá, que ficava em Niterói. Como nos informo Linhares, a fábrica possuía cerca de mil operários, quantidade considerada grande para a época.

<sup>7</sup> LINHARES, Hermínio. Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil. Segunda Edição, Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1977. O livro traz, em ordem cronológica, eventos e periódicos relativos aos movimentos do operariado brasileiro.

originou do sindicato destes trabalhadores.

Afinal muitas eram as razões das ações dos trabalhadores em fins do século XIX e início do XX, que viviam condições adversas comuns, como as longas jornadas de trabalho, que superavam as 12 horas diárias, podendo chegar a 18 horas para os trabalhadores em padarias, hotéis, botequins e restaurantes. Nas fábricas de tecidos o trabalho poderia ir das sete da manhã às vinte e uma horas, sem o pagamento de horas extras. Neste caso, sequer as crianças escapavam, a elas também se obrigava 30 minutos de horas extras. (LOBO e STOTZ, 1985)

“As condições de trabalho nas fábricas eram extremamente precárias, agravadas pelo rápido processo de mecanização.” (LOBO e STOTZ, 1985, p. 74). Os autores analisam relatório médico de uma fábrica de tecidos, no qual relata-se casos de doenças respiratórias cujas causas, entre outras, eram a umidade e o chão de cimento. É sabido que as janelas das fábricas ficavam bem no alto para que não fosse possível ver seu interior, o que gerava problemas quanto a circulação do ar. Também eram comuns acidentes que levavam a ferimentos nas mãos.

Para além das fábricas e oficinas, Mattos (2004a) aponta a importância de também se observar outros espaços onde a classe estava ocupada e desenvolvia suas relações. O autor anota a importância da rua como esse outro espaço para formação do proletariado urbano do Rio de Janeiro.

O espaço da rua reunia, em 1850, ocupações como: “carregadores, almocreves, estivadores, aguadeiros, carregadores de dejetos, barqueiros, marinheiros, barbeiros-cirurgiões, acendedores de lampiões, varredores de rua e vendedores ambulantes” (KARASH apud MATTOS, 2004a, p. 234), que eram exercidas, predominantemente, por trabalhadores(as) escravizados(as). A partir da proibição do tráfico internacional e o encarecimento da mão de obra escrava vinda de outras regiões, resultou uma diminuição de trabalhadores escravizados no meio urbano. Mattos (2004a) cita que Luiz Carlos Soares<sup>8</sup> verifica uma

concentração de trabalhadores escravizados nos serviços de transportes de carga o que o leva a especular que, a partir de 1850, em outras atividades de rua, progressivamente os braços cativos ali empregados tenham sido substituídos pelos trabalhadores livres imigrantes (MATTOS, 2004a, p. 234).

Cruz (2000) vai na mesma direção, anotando que a transferência de braços

---

<sup>8</sup> SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. Revista Brasileira de História. nº16. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1988.

cativos para as fazendas de café e a massiva entrada de imigrantes transforma a paisagem do centro urbano do Rio de Janeiro, onde “As cantigas de trabalho africanas não ecoavam mais pelas ruas, substituídas pelo ranger das carroças, [...], e muitos dos indivíduos empregados no transporte de carga eram imigrantes pobres, a maioria portuguesa.” (CRUZ, 2000, p. 265). Isto não significa que houve um desaparecimento ou uma diluição do trabalhador escravo/liberto no meio urbano a ponto de não se identificar uma presença relevante destes para formação da classe trabalhadora.

Utilizando-se do conceito de “Campo Negro”, que veremos mais adiante, Cruz (2000) detalha os elementos de origem e aquilo que caracteriza a potência da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores de Trapiche e Café<sup>9</sup>. Esta é uma das categorias de trabalhadores que pretendemos abordar nesta pesquisa e no Inventário de locais para construção de roteiro de Memória Urbana da Classe Trabalhadora. Visto que, a constituição desta categoria remonta às tropas de trabalhadores escravizados e suas formas de organização, o que nos parece ser uma das expressões da formação da classe como processo.

Sobre o trabalhador recai não só a forma absoluta de extração do excedente como ainda a contínua insegurança. Em regra, nada impedia a despedida imediata após longos anos de serviço, os acidentes frequentes não indenizados, inexistia a previdência social; no horizonte, não se desenha a expectativa da aposentadoria, por magra que seja. Tudo isso é trivial como trivial é a referência às épocas de vigência do *laissez-faire* nas relações de trabalho e de início da intervenção do Estado. (FAUSTO, 2016, p.126)

Em linhas gerais, esta era a condição dos trabalhadores nas três primeiras décadas do século XX. Outra característica, do início da industrialização neste período, era a predominância da empresa de tipo artesanal, com baixo investimento de capital e com poucos empregados – que possuíam um conhecimento especializado do ofício. Sobre essa predominância do tipo artesanal, Batalha (2000) baseado em relatório publicado em 1920, cita como exemplo a indústria de calçados, que contava, no período de 1913, com 4.000 estabelecimentos, sendo que apenas 2% destes contavam com mais de 12 operários(as), além da forte presença do trabalho doméstico.

Fausto (2016) demonstra com base em estudo do Centro Industrial do Brasil de 1907, que apenas 6 empresas no Distrito Federal tinham mais de 1.000 operários – 5

---

<sup>9</sup> Maria Cecília Velasco e Cruz toma de empréstimo o conceito de Campo Negro do estudo de Flávio dos Santos Gomes intitulado “Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX”, in Reis e Gomes, *Liberdade por um fio*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

delas, eram têxteis. Goldmacher (2010), referenciada no recenseamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de 1920, expõe que o setor têxtil, em 1907, empregava um elevado número de operárias e operários, 8.117 divididos entre 22 unidades fabris, sublinha-se que os trabalhadores de origem nacional eram a maioria (86,6%) do total de trabalhadores. Comparando com os demais setores de produção, o ramo têxtil concentrava 1/3 do operariado do Distrito Federal (GOLDMACHER, 2010). “Para o ano de 1903 o número de fábricas seria aproximadamente de 19 e o de operários entre 7.500 e 8.000.” (GOLDMACHER, 2010, p. 220)<sup>10</sup>.

O Recenseamento de 1920, publicado pela Diretoria-Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, do qual Boris Fausto (2016) retira dados sobre o percentual de estabelecimentos industriais segundo o número de operários ocupados em 1919, mostra que apenas 0,5% dos estabelecimentos do Distrito Federal concentravam 27,2% do total de operários ocupados. Esta situação já vinha ocorrendo desde o início do século.

Antes de completar duas décadas, a República conheceu nos “anos de 1890 a 1906 [...] a ocorrência de 106 greves. Nelas estiveram envolvidas 41 categorias de trabalhadores.” (GOLDMACHER, 2004, p. 118). Destas categorias, os têxteis e os sapateiros realizaram 12 greves cada uma, e os estivadores, 6. Destacamos estas categorias não, apenas, pelo número de greves, também o fazemos pelas características dos operários envolvidos e pelos frutos que resultaram de suas ações.

Sobre a organização dos trabalhadores, Mattos (2008) esclarece que as formas organizativas existentes no continente Europeu eram conhecidas no país. Isso pode ser comprovado pelos diversos artigos onde havia posições favoráveis e contrárias aos modelos franceses ou alemães. Mattos (2008) acrescenta que “a convivência no tempo de modelos associativos ‘tradicionais’ e ‘novos’, ambos reivindicando uma perspectiva classista, é um dado que não se pode excluir da análise.” (MATTOS, 2008, p. 85). Além das influências externas, que muitas vezes figurarão nos estatutos das associações, é importante considerar a compreensão que os trabalhadores tinham dos momentos iniciais da República e por consequência suas estratégias de ação.

### **3.3 – Os Têxteis.**

A categoria dos têxteis possui algumas características, na diversa formação do

---

<sup>10</sup> Estes quantitativos foram elaborados pela autora a partir de regressão exponencial.

proletariado brasileiro, que entendemos importantes para figurar no Inventário de locais para elaboração de roteiro de Memória da Classe Trabalhadora. Batalha (2000), ao falar da heterogeneidade do mundo do trabalho do início do século XX, cita algumas destas características da indústria têxtil que repercutiam sobre a vida dos(as) trabalhadores(as) – carências e demandas – e sobre o movimento operário, em suas reivindicações, em seu protagonismo na ação e na organização tanto de sua categoria, como na influência sobre outras categorias de trabalhadores. Estas características que são aludidas por Batalha (2000), Eulália Lobo e Eduardo Stotz (1985), atribuem às modificações na legislação<sup>11</sup> aquilo que possibilitou ao setor se capitalizar e modernizar o processo de produção.

Um elemento fundamental para que a indústria têxtil pudesse suportar as despesas com sua modernização tem a ver com o excedente de mão-de-obra a partir de 1880 e o emprego de mulheres e crianças. Fausto (2016), utilizando-se do Recenseamento de 1920 do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, informa que em 1919, entre os/as empregados/as maiores de 14 anos na indústria têxtil do Distrito Federal, 57,2% eram homens e 42,8% eram mulheres. Sobre o emprego de menores, Fausto (2016) faz uma justa observação sobre o critério de minoridade, sublinhando que para o trabalho a minoridade ia até os 14 anos de idade. No mesmo Recenseamento, menores, homens e mulheres, representavam 6,4%. Para os empresários do ramo e seus defensores, os filhos da classe trabalhadora deveriam trabalhar para se evitar a vadiagem.

Seja pelo excedente de mão-de-obra, seja pelo emprego de mulheres e crianças, os baixos salários garantiram ganhos adicionais aos grandes proprietários. Em linhas gerais, a indústria têxtil caracterizava-se por possuir grandes unidades fabris, elevado número de operários e operárias, emprego de mulheres e crianças, máquinas e equipamentos modernos e importados, além da utilização de energia elétrica substituindo a energia a vapor. A arquitetura das unidades fabris também compunha o quadro opressivo no qual os trabalhadores têxteis estavam inseridos, “a continuidade da vigilância que o estilo das construções procura reforçar, com suas paredes elevadas e as janelas abertas no alto, impedindo a visão do exterior.” (FAUSTO, 2016, p.136).

O cenário se completa com a existência das vilas operárias. Eulália Lobo e

---

<sup>11</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. STOTZ, Eduardo Navarro. Formação do Operariado e Movimento no Rio de Janeiro, 1870-1894. Estudos Econômicos nº 15, 1985, p. 56.

Eduardo Stotz (1985) salientam o problema da moradia por que passava o Rio de Janeiro desde fins do século XIX em razão do elevado crescimento populacional. Os tipos de moradias em que habitavam os trabalhadores e a gente pobre do Distrito Federal eram cortiços, pensões, estalagens, hospedarias, hotéis e casas de cômodos. O inchaço populacional e as condições insalubres de tais moradias, que podemos ilustrar com a seguinte informação que os autores retiram de uma estatística de 1895 sobre as moradias da freguesia de São José, que pode ser localizada no entorno do Castelo: “Nas casas de cômodos havia 12 pessoas, em média, para uma latrina, na estalagem chegava a 29.” (LOBO e STOTZ, 1985, p. 82). A higiene das habitações coletivas foi uma das causas que levou à promoção de incentivos a construção de casas coletivas para a população pobre. Entre estas construções estão as vilas operárias Bocayuva, para 800 operários, da Fábrica de tecelagem Carioca, na Freguesia da Gávea, rua Dona Castorina – atual Pacheco Leão, no bairro do Jardim Botânico:

Figura 1 – Fábrica de tecelagem Carioca.



ENTRADA DA FABRICA CARIOCA

Fonte: sítio eletrônico [riomemorias.com.br](http://riomemorias.com.br). Acessado em 24/04/2024.

Figura 2 – Rua Pacheco Leão, local onde ficava a Fábrica de Tecidos Carioca



Fonte: sítio eletrônico [lucienecarris.com](http://lucienecarris.com), acessado em 24/04/2024.

Abaixo, imagens da Fábrica Aliança, localizada no bairro de Laranjeiras, na atual Rua General Glicério, com as vilas nos terrenos adjacentes:

Figura 3 – Vista aérea da fábrica de tecidos Aliança



Fonte: Memória da Eletricidade, sítio eletrônico [riomemorias.com.br](http://riomemorias.com.br). Acessado em 24/04/2024

No final dos anos de 1930, a Fábrica é fechada e seu último proprietário utiliza o terreno para empreendimento imobiliário:

Figura 4 – Anúncio publicitário do empreendimento imobiliário que foi edificado no local da Fábrica de Tecidos Aliança, após sua demolição (O Globo, 15/01/1945)



Fonte: sítio eletrônico do Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho, lehmt.org.br. Acessado em 24/04/2024.

Azevedo (2005) ressalta a importância das vilas operárias para o controle da vida cotidiana dos operários, com seus armazéns, escolas e outras formas que tornavam a fábrica um local de confinamento dos trabalhadores. A hierarquia de comando existente nas fábricas e o nível de qualificação dos operários se expressavam na qualidade das moradias das vilas.

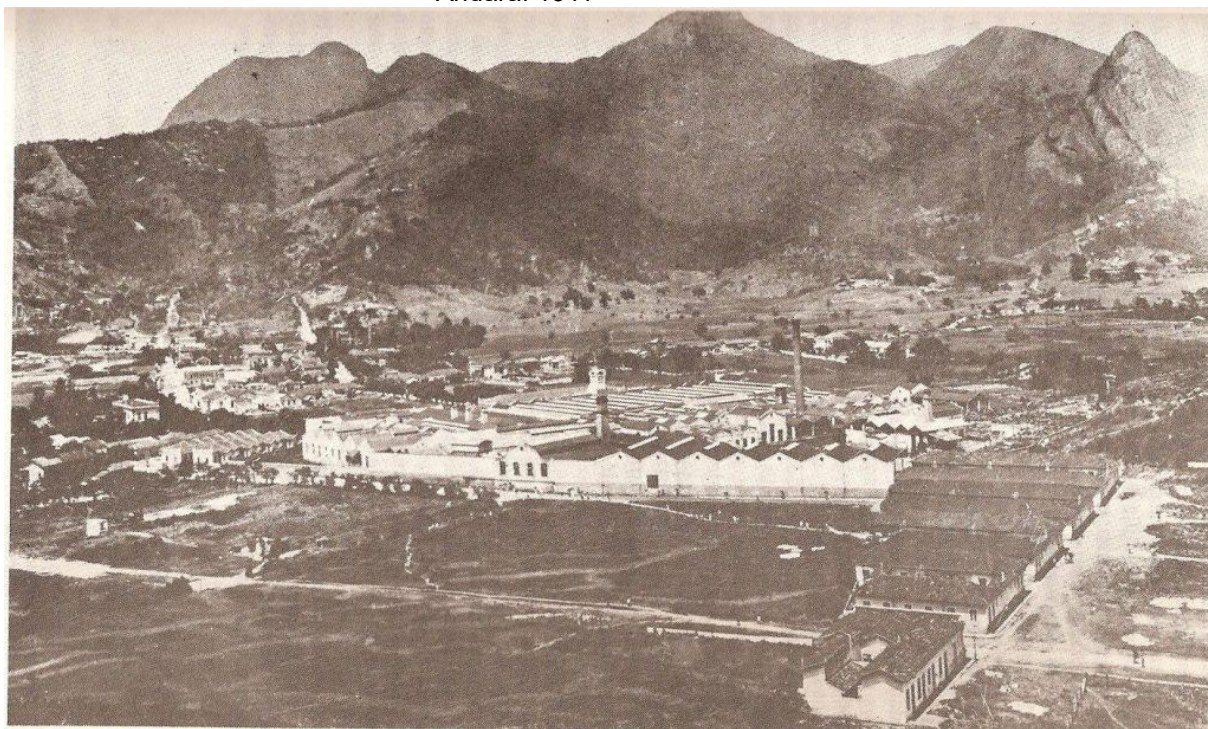
Entre os seis estabelecimentos industriais que empregavam mais de mil operários e operárias, de acordo com o Censo de 1907, no Distrito Federal, apenas um não era do ramo têxtil. As fábricas têxteis estavam distribuídas entre bairros da zona norte (Andaraí, São Cristóvão ou Caju e Vila Isabel) e zona sul (Jardim Botânico, Gávea e Laranjeiras). Em 1919, cresce para sete o número de empresas têxteis com mais de mil operários empregados<sup>12</sup>. Em razão da mecanização, com a simplificação das operações realizadas por trabalhadores e trabalhadoras, grande parte da mão de obra era do tipo não especializada. Isso tem algumas consequências, como a desvalorização salarial da mão de obra, a maior possibilidade de substituição (despedidas) e o emprego de crianças e mulheres com salários inferiores e condições precárias de trabalho.

Estas precárias condições de trabalho dos operários têxteis já vinham de

<sup>12</sup> Esta informação também foi colhida por Fausto da publicação da Diretoria-Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio – Recenseamento de 1920.

décadas anteriores. Mas isto não ocorria sem resistência, no ano de 1903 os trabalhadores da Fábrica de Tecidos Cruzeiro, localizada na Rua Barão de Mesquita, nº 102 A no bairro do Andaraí, iniciaram uma greve que foi responsável pela primeira Greve Geral no Rio de Janeiro.

Figura 5 – Vista geral da Fábrica Cruzeiro com suas vilas operárias e terrenos adjacentes. Andaraí 1911



*Vista Geral da Fábrica Cruzeiro com suas vilas operárias e terrenos adjacentes. Andaraí, 1911. (Arq. CAF).*

[www.facebook.com/atjucadeantigamento](http://www.facebook.com/atjucadeantigamento)

Fonte: sítio eletrônico [riomemorias.com.br](http://riomemorias.com.br). Acessado em 24/04/ 2024

A historiadora Marcela Goldmacher (2010) relaciona outras categorias que entraram em greve por solidariedade aos trabalhadores têxteis<sup>13</sup>, além dos operários de outras fábricas de tecidos como a Aliança (localizada no bairro de Laranjeiras, onde hoje é a Rua General Glicério), Bonfim localizada no bairro do Caju (à época Freguesia de São Cristóvão), a Carioca, situada no bairro do Jardim Botânico, na antiga Estrada Dona Castorina atual Pacheco Leão, a Santa Helena em Petrópolis e a Fábrica Confiança, localizada em Aldeia Campista, entre os bairros de Vila Isabel e do Andaraí.

É importante destacar que os trabalhadores têxteis haviam fundado no início do ano de 1903 sua primeira agremiação, a Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos, e que de acordo com o relatório do Sindicato dos trabalhadores

<sup>13</sup> Dentre estas categorias, Goldmacher cita “os integrantes da sociedade dos Artista Chapeleiros, da Associação de Classe dos Artistas Sapateiros, Associação de Classe União dos Chapeleiros e Liga dos Artistas Alfaiates. [...] os da fábrica de charutos do Engenho de Dentro, os vidreiros [...], os trabalhadores da fábrica de velas Luz Esteárica.” Os operários das Pedreira e os marceneiros da União de Classe dos Marceneiros.

em Fábricas de Tecidos apresentado ao Segundo Congresso Operário Brasileiro, em 1913, houve uma rápida e massiva associação de operárias e operários das fábricas de tecidos àquela Federação. O entusiasmo causado pela constituição da Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos extrapolou os limites daquela categoria, o que fez desta Federação o “principal suporte da ‘greve geral’ de 1903, que segundo esse relato teria reunido um total de 40.000 grevistas.” (GOLDMACHER, 2010, p. 236).

Ainda de acordo com a historiadora Marcela Goldmacher (2004), o ano de 1903 tem enorme relevância no estudo sobre a memória da formação da classe trabalhadora, pois no período entre 1890 e 1906, foi o ano com o maior número de greves, 39 no total. As duas categorias que mais realizaram movimentos paredistas, neste período, foram os Tecelões (trabalhadoras e trabalhadores em fábricas de tecidos) e os sapateiros, cada uma destas duas categorias realizou doze greves.

A “Greve Geral” de 1903, além da massiva participação e da pluralidade de categorias, adquiri relevância para o nosso estudo por duas razões apontadas por Goldmacher (2010). Primeiro, pelo fato de ter sido uma greve onde as categorias eram representadas por suas associações, destacando a organização do movimento paredista e da própria classe. Segundo, por ter tido como desdobramento a fundação, após um mês do término da greve, da Federação das Associações de Classe. Esta Federação originou, em 1905, a Federação Operária Regional Brasileira, órgão da classe trabalhadora que viria organizar em 1906 o 1º Congresso Operário Brasileiro. Entendemos que estes acontecimentos são registros da experiência da classe trabalhadora.

### **3.4 – Sapateiros.**

A indústria de calçados no Rio de Janeiro ainda possuía características artesanais (NEVES, 1973) no período estudado. A autora se apoia em alguns dados relativos à organização deste ramo, como o fato de metade dos estabelecimentos computados em sua pesquisa serem oficinas, que empregavam reduzido número de operários – cerca de 20. Batalha (2000), baseado em relatório do Departamento de Comércio norte-americano publicado em 1920, também cita essa peculiaridade da indústria de calçados. O autor fala da existência de 4.000 estabelecimentos em todo o Brasil, onde apenas uma centena deles empregava mais de 12 operários cada.

Outra característica distinta, em comparação ao ramo têxtil, é o grau de

especialização da mão-de-obra, em uma indústria pouco mecanizada. Pelo alto grau de especialização, “embora assalariados, (alguns operários) eram donos de seus instrumentos (ferramentas) de produção [...]” (NEVES, 1973, p. 50), em alguns casos, eram responsáveis pela aquisição da matéria-prima que utilizavam na produção.

O trabalho por ser praticamente artesanal e não-mecanizado era composto por atividades que ocorriam paralelamente, de forma individual, e iam de atividades especializadas a atividades simples, que, em muitos casos, aconteciam nos domicílios das(os) trabalhadoras(os). Este trabalho domiciliar era realizado, em sua maioria, por mulheres e crianças que, como acontecia na indústria têxtil, recebiam salários inferiores aos dos homens. Beneficiando-se do trabalho domiciliar, a baixo custo, de mulheres e menores, os industriais acabavam comprimindo os valores pagos aos trabalhadores de fábricas e oficinas. O início da mecanização da produção de calçados não alterou esta situação, antes, favoreceu a substituição de operários homens adultos por mulheres e crianças, visto que, a operação das máquinas eliminava a necessidade de um trabalhador especializado no ofício e, mais uma vez, mantinha os baixos salários.

Para enfrentar a concorrência estrangeira, para superar a insuficiência do capital, era preciso diminuir o custo da produção, o que está intimamente ligado à compressão salarial... Por outro lado, a instabilidade do desenvolvimento da indústria tinha efeitos diretos a vida do operário, que de uma hora para outra podia se ver sem trabalho... (NEVES, 1973, p. 51)

Verifica-se que apesar das diferenças, trabalhadores especializados ou não, pertencentes a ramos mecanizados ou não, sofriam com os baixos salários e precárias condições de vida, como nos informa Neves (1973) sobre a situação dos trabalhadores sapateiros, citando texto do Jornal do Comércio de 11 de outubro de 1906:

“... foi dito pelos industriais que os cadernos demonstrariam com facilidade que muitos operários obtêm por semana férias de 50\$ e 60\$000. O que eles não expuseram foi a tristíssima situação a que fica reduzida toda uma família para conseguir essas ou outras elevadas férias semanais. Olhai... para uma habitação de sapateiros. Em geral é ela colocada em uma rua de mísero aspecto ou em afastado subúrbio, quando não consiste em mesquinho cômodo em uma dessas enormes colmeias que tanto mal causam à higiene social. Ali, naquele espaço estreito e mal alumiado, mourejam cinco ou seis pessoas; só se consentindo inatividade às crianças menores de cinco ou seis anos. Os demais trabalham, vendo-se o velho operário de 50 ou 60 anos ao lado da pespontadora de 12 ou 14 anos e do aprendiz de 10 anos. O levantar da cama é pela madrugada. ... E todos, à porfia, atiram-se à labuta, desde 5 ou 6 horas da manhã. [...]. No sábado,

havendo labuta incessantemente... se descansa afinal, alta noite; e então, é bem possível aparecer no caderno uma soma de fêria na importância de 60\$ ou mais”<sup>14</sup>. (NEVES, 1973, p. 51)

Como se depreende da longa citação acima, o trabalho em domicílio era executado por crianças, mulheres e idosos(as), com alto grau de exploração a baixo custo para os industriais. Esta força de trabalho, além de regular para baixo os salários dos operários das oficinas e fábricas, era mais difícil de ser organizada, em razão das fragilidades decorrentes da forma de trabalho e da própria dispersão destes trabalhadores.

A União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros (União) foi fundada em 1899. Este período, que vai de 1890 a 1910, é caracterizado como de transição da produção artesanal para a industrial (GOLDMACHER, 2009). No caso da indústria de calçados e da categoria dos sapateiros, ainda em 1903, esta transição comportava em um mesmo momento a existência de muitas pequenas oficinas ao lado de algumas fábricas, e de artesãos especializados ao lado de trabalhadores com baixa qualificação. Neste período, a predominância do trabalho especializado tem implicações sobre a relação do operário sapateiro com o produto de seu trabalho e com o próprio ato de produção. Esta categoria acaba por identificar-se com sua produção e enxergá-la como uma obra, um ato individual e artístico (NEVES, 1973. FAUSTO, 2016).

Em 1903, através da União, a categoria dos sapateiros participa da Greve Geral dos trabalhadores no Rio de Janeiro. Semelhante às outras categorias em greve, reivindicam diminuição da jornada de trabalho e reajuste salarial. Infelizmente, o acordo salarial não é cumprido pelos industriais que continuam pagando salários diferentes para as mesmas funções. Em 1906, a União voltará a reivindicar aumento salarial, porém passará a exigir que se cumpra a tabela dos valores por ela elaborada. Como não havia legislação trabalhista para proteger os acordos firmados, a União exigia a aceitação de seu regulamento pelos industriais, o que significava a formação de uma comissão de operários que fiscalizaria o cumprimento da tabela (NEVES, 1973).

Outro aspecto que está presente na produção artesanal da indústria de calçados é a relação próxima entre o operário e o chefe da oficina. “Estas relações, gerando laços de fidelidade pessoal e um sistema de autoridade / submissão definido

---

<sup>14</sup> Retirado do Jornal do Comércio, 11/10/1906.

em torno do ‘chefe da oficina’, sancionam uma relação de dominação direta do industrial sobre o trabalhador.” (NEVES, 1973, p. 59). A superação desta condição é construída pela ação da União. Não tanto pela compreensão que tem da divisão de classes em que estão inseridos sapateiros e industriais, não conseguindo identificar os interesses de classe a que cada um estava vinculado. Segundo Neves (1973), a União não enxergava a oposição entre sapateiros e industriais para além do espaço da fábrica. A autora analisa que o industrial de calçados só era visto como opositor, pelo sapateiro e pela União, no momento em que se negava a entrar em negociação com os operários e recusava suas reivindicações.

Em dezembro de 1902 os trabalhadores da fábrica de calçados Bordallo, situada à rua da Prainha, insatisfeitos com os valores pagos, constituíram uma comissão para tratar com os patrões, que se negaram a atendê-los. Os membros da comissão foram presos, mas logo liberados. A União deu apoio aos trabalhadores da Bordallo, organizou assembleias e passou a reivindicar das demais fábricas a implementação da nova tabela de pagamentos. Com a greve se espalhando para outras empresas, em fevereiro de 1903 a nova tabela é aceita por essas empresas (MATTOS, 2004). Ainda neste ano, em agosto, a fábrica de calçados Globo, na rua General Câmara, encontrava-se fechada. Tratava-se de uma resposta dos sapateiros que não aceitavam continuar a receber o valor da tabela antiga pelos produtos. Desta fábrica foram demitidos 420 operários (AZEVEDO, 2005).

No domingo, dia 23 de agosto de 1903, os sapateiros se reúnem na sede da União, situada à rua dos Andradas, nº 87. Após, “vigorosos discursos a favor dos grevistas, pondo relevo a dedicação e coragem com que tem sido defendida a causa dos trabalhadores.” (AZEVEDO, 2005, p.130). Ao final, decidiram eleger uma comissão para se dirigir à Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos, situada no Largo do Capim, local onde estão localizadas outras sedes de associações dos trabalhadores, como a dos chapeleiros que também se encontram em greve.

É interessante notar a transição que vai se processando na consciência dos trabalhadores, neste caso. Se antes, como afirma Neves (1973), estes trabalhadores e sua representação associativa viam-se como artistas e acreditavam que seus problemas e suas resoluções estavam circunscritos ao espaço da fábrica. Sua ação prática, expressa em sua unificação com trabalhadores de outras categorias, demonstra a transição da compreensão de sua identidade, antes restrita ao limite de

sua categoria. Os sapateiros e a União fazem parte das transformações mais gerais que veem ocorrendo nas associações representativas de outras categorias, dentro do que a historiadora Marcela Goldmacher (2009): o ano (a Greve Geral) de 1903 representou um marco de “mudanças nas formas de organização e nas formas de identificação dos trabalhadores.” (GOLDMACHER, 2009, p. 82).

### **3.5 – Estivadores e Trabalhadores em Trapiche e Café.**

A entrada em greve dos operários estivadores no ano de 1903, deu-se em 25 de agosto daquele ano. Apesar da inexistência de uma associação de classe, isto não os impediu de agir coletivamente. Outro elemento importante foi a solidariedade entre as categorias em atividade que contribuiu para a organização dos estivadores. A reunião dos estivadores, para compor comissão que levaria aos patrões suas reivindicações, realizou-se na sede da Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos e na Liga dos Alfaiates. No dia seguinte a esta reunião, cerca 900 estivadores, reunidos no Cais dos Mineiros, decidiram se manter em parede e negociar suas reivindicações (AZEVEDO, 2005).

Aos irmãos de trabalho – Os estivadores, diante dos vexames de que são vítimas os operários das outras classes, resolveram declarar-se solidários com eles nas justas reclamações que fazem, a fim de que lhes seja feita a devida justiça.

Côncios os estivadores de que são devidas todas as reclamações dos seus irmãos do trabalho, não voltarão aos seus labores, embora sejam atendidos nas suas reclamações particulares, enquanto não forem todos os operários igualmente atendidos.

[...]

Viva a solidariedade operária. (AZEVEDO, 2005, p. 159 e 160)

Após reunirem-se, os estivadores divulgam esta proclamação, que para Goldmacher (2009) expressa, apesar da falta de uma associação, um nível elevado de organização e sua identificação como classe trabalhadora. Isso não quer dizer que os estivadores não tinham suas reivindicações. A pauta se assemelhava a de outras categorias, como a redução da jornada de trabalho e o valor pago pelo trabalho. Porém, como já mencionamos acima, os estivadores tinham uma relação de trabalho peculiar. Eram trabalhadores avulsos, o que significava que o trabalho não era certo, em um dia você trabalha, em outro, não. Esta seleção era feita de modo “aleatório”. Esta condição de trabalho poderia facilmente criar maior sujeição do trabalhador individual a seus empregadores.

Tem-se, portanto, uma categoria de trabalhadores que, além de não possuir

uma associação representativa, dia sim, dia não, era escolhida, na “Parede”, por empregadores diferentes para o trabalho. Logo, a organização da contratação e a fiscalização da atividade dos estivadores foi um meio de defender os empregos e escapar à completa sujeição dos empregadores. Esta, talvez, tenha sido a maior conquista arrancada por esta categoria. Pois, deslocava o poder de contratação e normatização da atividade das mãos dos patrões para a União dos Estivadores e para a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café (Resistência). Portanto, para ser contratado pelas companhias de navegação e transporte, pelos trapiches e armazéns, o trabalhador precisava ser associado à União dos Estivadores, ou ao Resistência (a depender do serviço), o que é conhecido como *closed shop*. A própria atividade estava regida pelos regulamentos destas associações, além de ser por elas (por representantes seus) fiscalizada – tanto o trabalhador como o empregador eram fiscalizados.

Cruz (2000 e 2010) vai analisar a formação da Resistência a partir da forma precedente de organização do trabalho realizada pelos escravos de ganho no transporte de mercadorias até o porto. As turmas formadas por escravos e libertos eram conhecidas por “tropas de carregadores”, que transportavam cargas, às vezes pesando 60 quilos, sobre as cabeças. Essas turmas tinham lideranças conhecidas como capitão da tropa, sujeito responsável pela escolha dos carregadores e por intermediar junto às casas comerciais, armazéns ou companhias de navegação a contratação do trabalho.

Os capitães, tais como os feitores, eram homens que viviam em dois mundos, e isso tanto no tempo da escravidão como depois da Abolição: eram pessoas que haviam alcançado a confiança do comerciante, comissário ou trapicheiro, mas precisavam ser líderes respeitados pelas turmas de trabalho para não correrem o risco de perder suas posições. (CRUZ, 2000, p. 285)

Essas turmas de trabalho e seus capitães, posteriormente conhecidos como representantes ou encarregados do trabalho, constituíam grupos fixos, baseados no costume. O costume é o princípio harmonizador desta relação entre comerciantes os capitães e as tropas. Harmonizador não no sentido de ausência de conflito entre patrões e os trabalhadores, ou entre os próprios trabalhadores. O que se quer dizer, é que as estruturas básicas das relações foram definidas pelo hábito que se reproduziu ao longo do tempo e foi pelos diferentes agentes construída e aceita – até determinado momento, como se verá adiante.

Cruz (2000), destaca dois fatos importantes que sustentam o argumento

exposto acima. O primeiro, tem a ver a diminuição da população negra na cidade do Rio de Janeiro, inclusive nos bairros portuários. Fenômeno que se deu tanto pela imigração, como pelo fluxo de trabalhadores escravizados em direção ao Vale do Paraíba, em décadas anteriores. O segundo, expressa como as classes proprietárias agiam para tutelar e controlar os trabalhadores. Isso está presente no adendo final do Regulamento do Serviço Doméstico de 1889. Nele, o chamado carregador deve ter a licença para o trabalho e ser registrado na polícia, além de ser obrigado a portar uma placa de identificação.

Apesar de os trabalhadores negros não constituírem mais a maioria entre os residentes na cidade do Rio de Janeiro, tampouco nos bairros Portuários e mesmo na região conhecida como Pequena África. O que leva a uma maior competitividade pela ocupação por trabalhadores brancos, nacionais ou imigrantes. Apesar da tentativa de tutela que o citado Regulamento tenta promover e que poderia retirar a autonomia da organização do trabalho das tropas de carregadores e de seus capitães. Estes estavam consolidados no interior da “comunidade envolvente, legitimados, com autonomia e funções próprias, com quem muitos negociavam e talvez ninguém pensasse em destruir.” (CRUZ, 2000, p. 278). Estes trabalhadores além de não seguirem o Regulamento imposto, mantiveram-se como maioria entre os Portuários, não cedendo espaço aos trabalhadores brancos, imigrantes ou nacionais. Em verdade, espaço, ou melhor, a dominação de alguns espaços, o território próximo aos trapiches, armazéns e casas comerciais de café, era uma estratégia para manter os postos de emprego. Cruz (2000 e 2010) utiliza a expressão “campo negro” para sintetizar essas relações que as turmas de carregadores desenvolviam.

O fenômeno descrito, é importante na medida que foi apropriado, com algumas continuidades, na formação da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores de Trapiche e Café. Diferente da União dos Operários Estivadores, que de início não permitiam a participação dos contramestres, a Resistência aceitava os capitães, os encarregados do trabalho, mas sem direito de ocupar cargos de diretoria. Os capitães, agora fazendo parte da Resistência, trazem para a representação coletiva o poder negociação e organização do trabalho exercido pelos carregadores. A Resistência passa a ser o garantidor do emprego dos trabalhadores de trapiche e café, além de exercer a normatização e a fiscalização do trabalho. Por ser uma entidade coletiva e representativa, eram os trabalhadores organizados que protagonizavam a agência por seus direitos, ao emprego, aquele emprego.

A Resistência, tal qual ocorreu com outras associações, contou com a solidariedade de outras associações. Sua fundação, que teve como principal nome “um homem negro nascido em Macaé no ano de 1869 [...]. Candido Manoel Rodrigues, conhecido como Candido Alferes, era o capitão da tropa das Docas Nacionais” (CRUZ, 2000, p. 279), aconteceu na sede da União dos Operários Estivadores, à rua Senhor dos Passos nº 34, em 15 de abril de 1905. O Porto e seus trapiches estavam localizados entre a região onde fica o Paço Imperial, atual Praça XV Novembro, até São Cristóvão, na Praia das Palmeiras, onde está localizada a Igreja de São Cristóvão. A sede da Resistência, de acordo com a pesquisadora Livia Cintra Berdu (2020), estava situada à “rua Marechal Floriano, nº 20.”., endereço próximo aos bairros portuários. A sede passou, em 1922, a ser um imóvel próprio da Resistência, situada à rua do Livramento, nº 68, Gamboa – onde está até os dias de hoje, sob o nome de Sindicato Avulso em Capatazias e Arrumadores no Comércio Armazenador do Município do Rio de Janeiro.

Em agosto de 1906, a Resistência decide pela greve, em virtude da não aceitação de novo valor pedido pelo carregamento de batatas e pela recusa do Trapiche Saúde em aceitar o encarregado do trabalho escolhido pela Resistência. Cruz (2000) destaca a importância do Porto como local onde circulava uma multiplicidade de trabalhadores, imigrantes e nacionais, naturais do Rio de Janeiro ou de outros estados. Local propício para circulação de ideias antissistêmicas. A região portuária não abrigava apenas trapiches, armazéns e casas comissárias de café, na extensão de 12 quilômetros estavam instalados estaleiros, oficinas, metalúrgica e uma fábrica de tecidos, a Rink, na rua do Costa 33.

Antes de encerrar esta seção quero lembrar que a economia brasileira tinha como principal produto o café para exportação. Logo, o Porto e as atividades relacionadas à exportação guardavam enorme importância para os produtores de café, exportadores de outros produtos (o trigo, por exemplo) e para o Estado brasileiro. Neste sentido, a greve dos trabalhadores do Porto – estivadores, trapicheiros e trabalhadores do café – era vista com atenção.

Em 1903, o Chefe de Polícia Cardoso de Castro ofereceu-se como intermediário dos estivadores, pedindo que voltassem a trabalhar (GOLDMACHER, 2009). Era ao Chefe de Polícia que, normalmente, as categorias em greve recorriam para mediar as negociações com os patrões, isso expõe que as questões relativas aos trabalhadores não eram tratadas como direito. No caso da greve de 1903, o nome

de Cardoso de Castro era citado recorrentemente. Apesar de ter-se oferecido como mediador dos estivadores, Cardoso de Castro não foi muito receptivo às reivindicações levadas pela comissão de trabalhadores e, daí por diante, o Chefe de Polícia agiu com a mesma violência desferida aos tecelões, enviando “duas lanchas com forças de infantaria” (AZEVEDO, 2005, p. 159) cedidas pela marinha, para vigiar, do litoral, os locais de trabalho da estiva.

Companheiros,

Como disse nos artigos precedente, a liberdade e o bom trato não nos são doados por quem que seja: é sempre uma conquista imposta pelos oprimidos e mal tratados.

Foi assim que terminou a nossa greve de 1906, com a conquista da limitação de horas de trabalho, salário mínimo, preço de trabalho e o respeito de que nos tornamos credores por parte dos nossos patrões e seus representantes.

Antes deste movimento alguém sabia quando nos levantávamos pela manhã para trabalhar e de quantas horas era a jornada? Quem sabia quanto ganhava pelo trabalho que executava? Quem desconhece o modo por que éramos tratados e como o passamos a ser depois da greve?<sup>15</sup>

Em 1906, o tratamento dado pelo Chefe de Polícia aos trabalhadores de trapiche e café teve o mesmo sentido de repressão violenta. Enviando praças aos locais de trabalho, conhecidos como “ponto” ou “parede”, com intento de impedir a ação dos grevistas sob o pretexto de garantir a liberdade daqueles que queriam trabalhar. Não raro, os grevistas eram presos. No entanto, assim como os estivadores, fazia parte de suas lutas o advogado socialista Evaristo de Moraes, responsável pela defesa dos trabalhadores da Resistência e mediador das negociações junto ao Chefe de Polícia e o patronato, representados pelo Centro do Comércio do Café e da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

---

<sup>15</sup> Na Barricada, 1 de janeiro de 1916, Ano II, nº 4, p. 3. José A. de Castro.

#### 4. LAZER E MORADIA NA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.

Mas uma **cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca** entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; **é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa** – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – **assume a forma de um ‘sistema’**. **E na verdade o próprio termo ‘cultura’, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.** (THOMPSON, 1998, p. 16. Grifos nossos)

O próprio Thompson (1998) mais à frente afirmará que o apelo aos costumes, por parte dos plebeus, se dá em resposta a ação dos governantes patrícios<sup>16</sup>. O costume não é estático, ele se desenvolve no conflito. É durante o conflito que os costumes se apresentam explicitamente e se modificam a medida que os interesses de segmentos sociais distintos se chocam. O objeto sobre o qual estamos dissertando se dá em período de profundas transformações culturais (dos costumes e hábitos), como o fim do trabalho escravo, a Proclamação da República e o advento do capitalismo – período propício ao conflito.

É nesse ambiente social mais amplo – com valores ditados por uma classe dominante que desejava “[...] ardentemente ficar com o melhor do mundo antigo e do novo, sem as desvantagens de nenhum dos dois.” (THOMPSON, 1998, p. 40) – que a nascente classe trabalhadora irá se mover. A princípio havia expectativas sobre a participação dos trabalhadores nas instituições que guiariam a República. Fato que Mattos (2008) destaca a partir das análises de periódicos operários, como a Voz do Povo:

Novos horizontes se abrem ao povo brasileiro, com o estabelecimento da forma republicana de governo do país. [...]. Tendo de ser eleita em setembro de 1890 a Constituinte dos Estados Unidos do Brasil, **são convidados todos os artistas, operários e trabalhadores que souberem ler e escrever, a inscreverem-se no Partido Operário** para, oito dias antes da eleição, escolherem os candidatos que devem sufragar em nome de seus interesses. (Voz do Povo apud MATTOS, 2008, p. 119. Grifo nosso)

Havia por parte de uma fração dos trabalhadores a compreensão de que a melhoria em suas vidas só seria possível com sua participação política na República, em seu parlamento. O que ocorreria com a formação de partidos operários,

---

<sup>16</sup> O período e o lugar das análises presentes na obra de Thompson ocorrem na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX.

conhecedores das experiências operárias europeias. Cabe sublinhar, que apesar da importância para os trabalhadores de sua organização político-partidária, existia também a aceitação de regras excludentes imposta pelas classes possuidoras. A limitação do convite aos alfabetizados para se inscreverem no Partido Operário, em uma época em que era raro a instrução formal e alto o nível de analfabetismo. Isso nos permite concluir, preliminarmente, que havia uma subordinação às estruturas recém-criadas de dominação, apesar da luta por direitos e de uma atuação contrária aos interesses dominantes.

Apenas a oposição de interesses, entre trabalhadores e burguesia, seria insuficiente para constituir a coesão dos segmentos despossuídos. A vida em comum, para além da oficina, fábrica ou prestação de serviço, nos locais de moradia, na participação de festas e no compartilhamento de rituais religiosos são experiências que constroem uma identidade e o pertencimento a uma classe. Portanto, tão importante quanto à participação política, seja em partidos ou sindicatos, em greves ou campanhas eleitorais, é o comungar de hábitos e práticas festivas/culturais herdadas para a formação da identidade e a coesão do grupo.

“Mas a classe não se definia apenas pela identidade política” (THOMPSON, 1998, p. 56), o historiador inglês adverte que ao se limitar a análise sobre a formação da classe a tipos definidos de organizações em detrimento de associações existentes, ou a características pré-definidas que os organismos de classe deveriam (ou devam) ter, perde-se de vista as experiências dos embates e formas alternativas nas quais se organizavam as diferentes categorias e ofícios em seu cotidiano. Em sua dissertação de mestrado, Costa (2014) privilegia a análise de outras formas de solidariedade e construção de identidade.

#### **4.1. Associações recreativas dos trabalhadores têxteis do Jardim Botânico.**

Costa (2014) aborda as associações recreativas do bairro operário do Jardim Botânico, entre 1895 e 1917, como o Clube Musical Recreativo Carioca, localizado na rua Dona Castorina, nº 100 (atual rua Pacheco Leão) e o Carioca Futebol Clube. O bairro do Jardim Botânico à época começava a receber os empreendimentos industriais, como a Companhia de Tecidos Carioca e a Fábrica de Tecidos Corcovado, os operários desta última possuíam um Clube Dramático e o Corcovado Futebol Clube. Como a região do Jardim Botânico era afastada dos bairros centrais, sua ocupação se deveu inicialmente à expansão de uma linha de bonde, pela Companhia de Ferro

Carril do Jardim, que liava as zonas centrais ao Largo das Três Vendas (Praça Santos Dumont). Mesmo assim, havia necessidade de fixação da mão-de-obra na região. O que se realizou tanto com a construção das vilas operárias (Vila Bocayuva e a Vila Sauer, ambas situadas a rua Dona Castorina – atual Pacheco Leão), quanto com as associações culturais e esportivas.

Figura 6 – Funcionários em frente à Vila Arthur Sauer. Revista da Semana, 10 de março de 1901.



Fonte: sítio eletrônico riomemorias.com.br. Acessado em 24/04/ 2024

Thompson (1998) ao escrever sobre as transformações das relações de trabalho, fala da “erosão das formas semilivres de trabalho, o declínio da modalidade de morar no local de trabalho, [...] o avanço do trabalho livre, móvel e assalariado.” (THOMPSON, 1998, p. 40) e associa esse fato ao declínio do paternalismo. Apesar da ascensão da sociedade competitiva e do trabalho livre no Brasil, no caso particular das indústrias têxteis no Rio de Janeiro as moradias das vilas operárias, além de fixar os trabalhadores, tinham a função de controlar e moldar os hábitos dos operários.

As associações recreativas também eram tidas pelo patronato como um instrumento que influenciava o comportamento dos operários e criava uma imagem dadivosa e paternal frente aos trabalhadores. Uma parte da classe, em particular os anarquistas, enxergavam que o estímulo à criação e participação nessas associações serviam como meio para alienação e cooptação. Já, para outros segmentos organizados da classe, como é o caso do Centro das Classes Operárias (CCO), na

figura do operário Luiz Barbosa, as doações do patronato e sua participação em eventos eram bem-vistos e estimulados. Entendiam que era uma forma de conquistar seus espaços de lazer e obter certa proteção contra perseguições da polícia e da imprensa. (Além de Luiz Barbosa, lembramos que Vicente de Souza, Professor do Colégio Pedro II, foi a maior liderança do CCO. O CCO buscava aliar a ação sindical à atividade partidária, Vicente de Souza que fora militante abolicionista e republicano, era um dos principais defensores da criação de um Partido Operário que inserisse os trabalhadores nas lutas institucionais.) Essa “proteção”, na visão dos operários associados, era o que ajudava a mantê-las abertas – lembrando que para tanto, era necessário o registro na polícia.

A importância das agremiações recreativas e esportivas residia em serem espaços de convívio cotidiano de operários e operárias, para além do regime disciplinar da fábrica. Espaços de diálogos e trocas sobre suas condições de vida, que aproximava companheiros e companheiras. Costa (2014) traz o relato das situações vividas por duas agremiações, a Chuveiro de Ouro e a Flor da Primavera, nas quais descreve-se as preocupações e estratégias de seus associados:

O próprio Chuveiro de Ouro foi alvo de um ataque do articulista da Gazeta de Notícias quando ocorreu o conflito com o Flor da Primavera em novembro de 1904. Vale lembrar, afirmava o tal jornalista: ‘São notáveis as façanhas policiais em que se tem envolvido os recomendáveis membros dessas duas sociedades carnavalescas.’ [...]. Estes poderiam passar a ter dificuldades em obter as licenças para funcionamento anual e desfiles carnavalescos, assim como o apoio financeiro de comerciantes. (COSTA, 2014, p. 104)

Ambas as agremiações passaram a visitar uma a outra, em suas sedes, buscando mostrar o convívio pacífico e suas características ordeiras. Essas visitas ocasionaram um convívio entre trabalhadores de outras regiões e outras empresas, momento propício a trocas sobre sua vida cotidiana, hábitos e heranças culturais, podendo ser semelhantes ou distintas. De qualquer forma, isso gerava maior consistência aos laços de solidariedade que iam se formando.

A ênfase da transição recai sobre toda a cultura: a resistência à mudança e sua aceitação nascem de toda a cultura. Essa cultura expressa os sistemas de poder, as relações de propriedade, as instituições religiosas etc., [...] Acima de tudo, a transição não é para o ‘industrialismo’ *tout court*, mas para o capitalismo industrial ou (no século XX) para sistemas alternativos cujas características ainda são indistintas. (THOMPSON, 1998, p. 289)

Apesar do crescimento dos estabelecimentos industriais (do qual já falamos), o Brasil ainda era fortemente dominado pela produção agrária. Porém, a transição –

pela recém-instituída sociedade competitiva – da qual fala Thompson (1998), aliada à pretensão de controle total da classe trabalhadora, principalmente dos interstícios de tempo livre, levava a conflitos, onde se pode notar que a formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro se deu tanto nos espaços laborativos, como nas ruas, moradias e momentos de lazer, nos quais se processava a cultura herdada.

#### **4.2. Trabalhadores da região portuária: o cotidiano das ruas, Ranchos e zúngus.**

Esses espaços eram muito comuns aos trabalhadores do Porto do Rio de Janeiro, para quem o trabalho dividia-se entre ocupações diárias e ocasionais. Essas últimas eram a regra entre os estivadores e trabalhadores de trapiche e café. Tal característica influenciava o comportamento dos trabalhadores em seus momentos de trabalho e lazer.

Associações carnavalescas em geral e clubes dançantes eram, junto aos botequins, a principal forma de lazer da população pobre em geral. **É importante percebermos essa ligação mais íntima que muitos dos portuários mantinham com alguns desses centros recreativos, pois tanto quanto as de cunho sindical, elas marcaram a experiência dos portuários**, fazendo parte do universo cultural daqueles trabalhadores. O sambista Bucy Moreira, neto de Tia Ciata, lembrou dos homens que frequentava as festas de sua avó, incluindo seus próprios familiares:

**“eles eram de festa, mas também de trabalho (...) A maioria trabalhava na estiva. Tive mais de vinte primos na estiva, conferentes, estivadores. Tive um primo presidente da estiva (...).”**  
(ARANTES, 2005, p. 133. Grifo nosso)

Por desejar obter as vantagens existentes tanto do sistema de trabalho escravo quanto do sistema de trabalho livre, a classe dominante agia com enormes preconceitos sobre o trabalhador negro e procurava impedir (ou impor enorme controle) as práticas culturais e religiosas que eram responsáveis por fortalecer e estreitar os laços de solidariedade além de ser ambiente onde se construía uma mentalidade comum sobre o cotidiano compartilhado. Os trabalhadores negros continuavam sendo vistos como elementos de barbárie por suas práticas culturais, hábitos e pelo culto professado. Além disso, e como parte da vigilância permanente sobre os hábitos daquela população, toda atividade de lazer e religiosa, e a simples permanência na rua, eram considerados como vadiagem. Como o trabalho portuário era ocasional, trabalhadores que não conseguiam ser escolhidos, perambulavam pela região em busca de outros afazeres, ou aguardavam nos botequins e vendas das proximidades a próxima “parede” (forma de escolha de trabalhadores na estiva). O

que, correntemente, levava esses trabalhadores negros à Casa de Detenção (ARANTES, 2005).

Além dos botequins e vendas, os trabalhadores da região portuária, principalmente os negros, reuniam-se em casas, conhecidas com zungús ou casas de angu, onde realizavam seus cultos, cantavam, tocavam e dançavam suas músicas. Locais de recebimento, acolhimento e socialização daqueles chegavam ao Rio de Janeiro. Essas casas eram, comumente, lideradas por aquelas(es) conhecidas(os) por baianas(os), em referência à origem de uma parte da população migrante que se dirigia à capital do Império, posterior Distrito Federal da República, ou Município Neutro. Esses indivíduos mantinham seus cultos, culinária e festejos que tinham forte prestígio no entorno de suas moradias, em especial na região do porto, Praça Onze e Cidade Nova.

Tia Bebiana e suas **irmãs-de-santo**, Mônica, Carmem do Xibuca, Ciata, Perciliana, Amélia e outras, que pertenciam ao terreiro de João Alaba, **formam um dos núcleos principais de organização e influência sobre a comunidade**. Enquanto as classes populares, em sua minoria proletarizadas, sob a liderança inicial dos anarquistas, se organizam em sindicatos e convenções trabalhistas, **grande parte do povão carioca que se desloca do cais pra Cidade Nova, pro subúrbio e pra favela, predominantemente negro e mulato, também se organiza politicamente, em seu sentido extenso, a partir dos centros religiosos e das organizações festeiras**. (MOURA, 1995, pdf. 134 e 135. Grifos nossos)

A casa de Hilária Batista de Almeida, a Tia Ciata, foi um dos centros de organização mais conhecidos dessa comunidade, não teve um único endereço, sendo conhecidas as casas na Rua Visconde de Itaúna e na Rua da Alfândega, anteriormente. Outra figura importante da época era “Hilário Jovino Ferreira, Ogã do terreiro de João Alabá (na Rua Barão de São Félix) que fundou vários Ranchos (agremiações carnavalescas anteriores às escolas de samba) importantes no Rio de Janeiro, como ‘A Jardineira’ e o ‘Rei de Ouros’.” (ARANTES, 2005, P. 126). Hilário, também conhecido como Lalau de Ouro, além de um dos principais organizadores do carnaval e de ter marcante presença no santo, foi militar, características que lhes garantia influência na comunidade baiana (apesar de Hilário ser Pernambucano). Outro frequentador do terreiro de João Alabá, foi João da Baiana, que além de conhecido sambista, era trabalhador do porto e fundador de vários Ranchos, um dos filhos de Tia Perciliana. Outra baiana, Tia Bebiana é lembrada, junto com Tia Ciata, pela tradição que havia, antes de 1911, dos Ranchos desfilarem debaixo de suas janelas (MOURA, 1995), Tia Bebiana era pespontadeira e como muitos trabalhadores

sapateiros, ela realizava o ofício em seu domicílio arregimentando outras mulheres em sua casa.

Assim como os têxteis do Jardim Botânico e Gávea, os trabalhadores da região portuária, Praça Onze e Cidade Nova também se reuniam em agremiações culturais, principalmente os Ranchos. Arantes (2005) cita que só no entorno das ruas Visconde de Itaúna, Senador Pompeu, Senador Eusébio e Barão de São Felix existiam vários cordões e Ranchos. Nessas ruas, além dessas agremiações e residências de personalidades daquele mundo, eram muitas as moradias coletivas (Cortiços e pensões) ali existentes, que proporcionavam a constante troca e o convívio daquela população. O que pode exemplificar a unidade na formação das mentalidades daqueles trabalhadores é íntima relação existente entre a Sociedade de Resistências dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o Rancho Recreio das Flores, considerado o Rancho da Resistência. Algo semelhante é o fato dos fundadores da Escola de Samba Império Serrano, do morro da Serrinha em Madureira, serem, alguns deles, oriundos da Resistência.

As relações existentes na comunidade baiana, que veio a ser conhecida como Pequena África, bastante alicerçadas em costumes anteriores à abolição viriam a estreitar os laços entre os membros dessa comunidade, chegando a constituir uma família que extrapolava núcleos familiares consanguíneos. São essas as diversas experiências – convívio nas mesmas residências, em agremiações culturais, nas vendas e botequins, nos cultos religiosos e nas ruas – vividas por estes trabalhadores que vêm compor, junto com suas vivências em associações classistas, a sua formação como classe. Nos advertindo que as experiências que contribuíram para a formação da classe trabalhadora carioca não se reduziam ao ambiente de trabalho ou aos organismos “sindicais”.

#### **4.3. A moradia dos trabalhadores: a Reforma Pereira Passos, as moradias coletivas, a Revolta da Vacina e as vilas operárias.**

“O meu programa de governo vai ser muito simples. Vou limitar-me quase exclusivamente a duas coisas: o saneamento e o melhoramento do porto do Rio de Janeiro”<sup>17</sup>. Que tragédias indescritíveis se ocultavam, entretanto, por trás desse projeto supostamente modesto! (SEVCENKO, 2013, pdf. 31)

---

<sup>17</sup> Fala de Rodrigues Alves, Francisco de Paula Rodrigues Alves, eleito Presidente do Brasil em 15 de novembro de 1902.

O programa de Governo de Rodrigues Alves buscava atender os interesses e necessidades da burguesia nacional, do segmento exportador (principalmente, de café) e da importação de máquinas para indústria e bens de consumo que não eram produzidos por aqui. Para isso, a reforma do Porto, desde a otimização da capacidade de atracação de navios até a ampliação dos armazéns, era importantíssima. Além disso, a ampliação das vias urbanas e a ação higienista na cidade eram vistas como essenciais para a atração dos investimentos estrangeiros e para ligar de forma eficiente o porto à estrada de ferro. “Podemos dizer, sem sombra de dúvida, que as grandes metrópoles são componentes ativos do processo de desenvolvimento do capitalismo.” (ROCHA, 1995, p. 25). Então, o Estado passa a ser o gabinete de organização das políticas urbanísticas que melhor atendessem aos interesses da burguesia, mesmo que para isso fosse preciso desabrigar milhares de trabalhadores que residiam no local onde foi aberta a Avenida Central, atual Avenida Rio Branco.

o “bota-abaixo”, dos cortiços e do antigo casario habitados por populares, e as campanhas de vacina obrigatória, se por um lado ajustam efetivamente a cidade às novas necessidades da estrutura política e econômica montada **e aos valores civilizatórios da burguesia**, por outro, não consideravam os problemas de moradia, abastecimento e transporte daqueles que são deslocados de seus bairros tradicionais no Centro para a periferia, para o subúrbio, e para as favelas que se formam progressivamente por todo o Rio de Janeiro, definindo um padrão de ocupação e de convívio das classes na cidade que **vai se tensionando ao longo do século**. (MOURA, 1995, pdf. 66. Grifo nosso)

Se a reforma urbana e a política sanitária tinham como objetivos o que discorremos acima. O “Bota-Abaixo”, ao derrubar os velhos casarões, buscava também se livrar das pessoas associadas ao atraso, ideia comum àqueles que estavam envolvidos nesses projetos, expressando os preconceitos contra a população negra e trabalhadora, que eram associados ao passado arcaico constituído por moradias, ruas e doenças que se espalhavam pelas precárias condições de infraestrutura da cidade. Já o moderno se espelhava na Paris de Haussmann cuja obra foi testemunhada de perto pelo futuro Prefeito Pereira Passos.

Oswaldo Porto Rocha (1995), reforçando a ideia de que as intervenções na cidade eram orientadas por interesses da burguesia nacional e internacional, anota a importância da Escola Politécnica e do Clube de Engenharia no debate sobre as reformas urbanas e a política de saneamento. Entre os participantes do Clube de Engenharia encontramos três personagens que futuramente teriam grande importância na remodelação da cidade: Francisco Bicalho, Francisco Pereira Passos

e Paulo de Frontin. Rocha (1995) informa que o Clube de engenharia não era composto apenas por engenheiros e arquitetos, havia empresários da construção civil, também.

Com Pereira Passos como prefeito à frente da Comissão da Carta Cadastral, responsável pelas obras municipais, como “a abertura da avenida Beira-Mar, a abertura de uma avenida ligando o Passeio Público ao largo do Estácio, e o alargamento de uma série de ruas no coração da cidade, [...]” (ROCHA, 1995, p. 59). Francisco Bicalho e Paulo de Frontin (Presidente do Clube de Engenharia) seriam responsáveis pelas obras federais, a modernização do Porto e a abertura da Avenida Central, respectivamente. Também fazia parte da comissão organizada por Pereira Passos o médico sanitário Osvaldo Cruz.

As esquinas, grupos de vagabundos e desordeiros desapareciam ao nosso apontar e, afundando o olhar pelos becos estreitos em que a rua parece vaziar a sua imundície, por aquela rede de becos, víamos outras lanternas em forma de foice, alumando portas equívocas. Havia casas de um pavimento só, de dois, de três; negras, fechadas, hermeticamente fechadas, pegadas uma à outra, fronteiras, confundindo a luz das lanternas e a sombra dos balcões. (RIO, 1997, p. 279)<sup>18</sup>

A crônica de João do Rio (1997) elege e qualifica os agentes e os locais a serem combatidos pela modernização da Capital. Nesta crônica, João do Rio (1997) escreve sobre a ação policial na rua da Misericórdia, que hoje é praticamente inexistente em função do arrasamento do Morro do Castelo. Identificados como vagabundos residentes em ruas imundas, fechados em cubículos fechados com pouca ventilação.

- Há muitos desses covis espalhados pela cidade? - indagou o advogado, abotoando o *mac-farlane*.  
 - Em todas as zonas, meu caro. [...]. É por aqui, pela Gamboa nas ruas centrais, nos bairros pobres. Só na Cidade Nova que quantidade! Isso não contando com as casas particulares, em que moram vinte e mais pessoas, e não querendo falar das hospedarias só de gatunos, os "zungas".  
 - "Zungas"? - fez o adido de legação, curioso.  
 - As hospedarias baratas têm esse nome... Dorme-se até por cem réis. (RIO, 1997, p. 280)

A delimitação das zonas, feita na crônica de João do Rio (1997), onde existiam as moradias incompatíveis com os anseios por uma cidade bela, moderna e salubre, especificam exatamente o local para onde migrou a população negra, ainda no século XIX. O Centro, do Paço, passando por toda região Portuária, Praça Onze até a Cidade

<sup>18</sup> Crônica de João do Rio publicada com o título "O sono da miséria" no jornal Gazeta de Notícias, em 10/6/1904, na série "A pobre gente".

Nova, era o local também ocupado por parte dos imigrantes europeus, portugueses e espanhóis. Lembrando que essas moradias eram fruto da ambição dos proprietários de antigos casarões e edificações, construídas sem respeito ao conforto ou à mínima higiene, que buscavam rendas adicionais alugando seus cômodos. Ao citar como exemplo uma estalagem situada à rua Caldwell, atrás da antiga Casa da Moeda, hoje Arquivo Nacional, Moura (1995), descreve uma casa com grande quantidade de cômodos apertados, pouca ventilação e a existência equipamento sanitário insalubre.

Trepamos todos por uma escada íngreme. **O mau cheiro aumentava.** Parecia que o ar rareava, e, parando um instante, ouvimos a respiração de todo aquele mundo como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a seção dos quartos reservados e a sala das esteiras. **Os quartos estreitos, asfixiantes,** com camas largas antigas e lençóis por onde corriam percevejos. **A respiração tornava-se difícil.** (RIO, 1997, pp. 282 e 283. Grifo nosso).

Assemelham-se muito as moradias às quais os trabalhadores tinham acesso nas freguesias que compunham o centro da cidade, e o que sempre está presente é descrição do quão malsãs eram as casas de cômodo e estalagens.

A sala estava cheia. Já não havia divisões, tabiques, não se podia andar sem esmagar um corpo vivo. A metade daquele gado humano trabalhava; **rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos. Mais uma hora e acordaria para esperar no cais os batelões que a levassem ao cepo do labor, em que empedra o cérebro e rebenta os músculos.** Grande parte desses pobres entes fora atirada ali, no esconderijo daquele covil, pela falta de fortuna. **Para se livrar da polícia, dormiam sem ar, sufocados, na mais repugnante promiscuidade.** (RIO, 1997, pp. 285 e 286. Grifos nossos).

A quantidade de moradias além de insuficientes, tinham um custo elevado para uma população de trabalhadores que se adensava e tinha ocupações muitas vezes ocasionais e de baixa retribuição. A consequência disso, era a aglomeração em espaços reduzidos. Esse ambiente era propício aos surtos de doenças transmissíveis e suas consequências, mortes ou internações, para toda a população carioca e aquela que por aqui aportava transitoriamente.

À real questão sanitária, somavam-se os interesses burgueses de uma cidade funcional aos negócios, os valores estéticos de membros do Clube de Engenharia e mandatários do Poder Público, responsáveis pelas reformas da capital, os preconceitos desses mesmos agentes com os trabalhadores negros e a especulação imobiliária que crescia nas áreas centrais da cidade. Portanto, se por um lado existia um surto de varíola, com mais de 4.000 mortos, por outro, os surtos epidêmicos foram uma excelente justificativa para derrubada de moradias e violência contra a população

pobre.

O então Presidente da República, Rodrigues Alves, a fim de pôr em prática os planos de adaptação da cidade concedeu plenos poderes ao Prefeito Pereira Passos e ao Diretor de Saúde Pública e Higiene, Osvaldo Cruz. As decisões de Pereira Passos não admitiam contestação, as desapropriações deveriam ser cumpridas sem direito a recurso. Com a promulgação da Lei em março de 1904, Osvaldo Cruz podia “invadir, vistoriar, fiscalizar e demolir casas e construções. [...] colocando toda a cidade à mercê dos funcionários e policiais a serviço da Saúde Pública.” (SEVCENKO, 2013, pdf. 38).

Diante da forte repressão, a resposta da população pobre, negra e trabalhadora do Centro da cidade foi a insubordinação violenta. Não se tratava de uma reação, apenas, à vacinação obrigatória. As ruelas, becos, praças e travessas configuravam-se em espaço propício à defesa dessa população. Assim como os entulhos e materiais das obras realizadas na cidade, forneceram uma parte do armamento utilizado para se baterem contra a polícia.

[...]. já no dia seguinte, 10 de novembro, as agitações se iniciavam com toda a fúria que as caracterizaria. Grandes ajuntamentos tomaram a rua do Ouvidor, a praça Tiradentes e o largo de São Francisco de Paula, onde oradores populares vociferavam contra a lei e o regulamento da vacina, instigando o povo à rebeldia. (SEVCENKO, 2013, pdf. 16)

A manifestação é convocada pela Liga Contra a Vacina Obrigatória organismo articulado pelo Centro das Classes Operárias (CCO). No dia em questão, as lideranças do CCO não se apresentam e as falas são realizadas por populares anônimos. A Liga que havia sido fundada por lideranças como Lauro Sodré, Barbosa Lima e Vicente de Souza busca realizar os enfrentamentos no parlamento, em artigos nos periódicos da época e através de coleta de assinaturas. Sevcenko (2013) em sua análise vê na atuação dessas lideranças uma tentativa de desestabilizar o Governo de Rodrigues Alves, sem muito compromisso com os embates diretos promovidos pela população. Ainda assim, no mesmo dia, à noite, milhares de pessoas se reúnem na sede do CCO, na rua Espírito Santo, atual rua Pedro I.

Nos dias que se seguiram, nas ruas da Saúde e Gamboa ergueram-se barricadas. Em reportagem recolhida por Sevcenko (2013), do Jornal do Comércio, mostra o cenário convulsivo em que a capital submergia. A reportagem inicia descrevendo o domingo, dia 12 de novembro de 1904, citando o já referido por nós, Chefe de Polícia, Cardoso de Castro. Quando adentra a Praça Tiradentes e vê a

agitação popular, Cardoso de Castro ordena à polícia que disperse a multidão. Esta se dirige em direção às obras da Avenida Passos e reage com paus e pedras ao ataque da cavalaria.

O conflito se espalha pelas ruas adjacentes: rua do Hospício (atual rua Buenos Aires), rua Marechal Floriano (atual Avenida Marechal Floriano), Largo de São Francisco, rua dos Andradas, rua Sete de Setembro e Assembleia. No dia seguinte, noticia-se um tiroteio na rua Senhor dos Passos, a refrega se amplia para o Largo da Carioca e Avenida Treze de Maio e, em outra direção, na Praça Onze de Junho, próximo à antiga fábrica de Gás na antiga Rua Senador Euzébio, bondes são tombados e queimados. No dia 14, as notícias apontam para a região que ficou mais conhecida nestes eventos, a Saúde. Erguem-se barricadas na praça da Harmonia (atual Praça Coronel Assunção), na rua Camerino, na rua do Livramento. Ergue-se a barricada do Porto Arthur, sob a liderança do estivador e capoeira Horácio José da Silva, o Prata Preta.

A descrição de Barbosa (2018) é interessante pois revela uma dupla articulação na organização e ação dos trabalhadores cariocas na resistência às transformações modernizadoras da cidade do Rio de Janeiro. Na zona central da cidade, para além dos laços de identidade cultural formada pela comunidade ali existente, a unidade organizativa reforçava-se pela participação de estivadores e outros trabalhadores portuários ligados à União dos Operários Estivadores e à Sociedade de Resistência dos Trabalhadores de Trapiche e Café. Novamente, utilizando-se de notícia do Jornal do Comércio, Sevcenko (2013), cita a participação dos operários tecelões das fábricas da Gávea na batalha contra ação do Estado.

Na Gávea, o numeroso operariado das fábricas de tecidos entrava a participar ativamente do motim, entregando-se à prática de toda a sorte de depredações. Era uma conflagração geral. Na praça da República ocorria um encontro de formidáveis proporções entre povo e tropa. Estivadores e fogueiros declaravam-se em parede [em greve]. (SEVCENKO, 2013, pdf. 25)

Categorias da classe trabalhadora, que haviam passado pela experiência prévia da Greve Geral de 1903, participam da luta contra a vacinação obrigatória utilizando formas de enfrentamento próprios da classe trabalhadora. Lembrando que, como discorreremos acima, tanto a organização como os meios de ação postos em prática, também vinham de período anterior ao trabalho livre, desenvolvidos pelo trabalhador nacional, negro. Apesar da resistência dos trabalhadores, “Só a Saúde Pública, conforme se depreende dos relatórios dos respectivos inspetores sanitários,

condenou e fez fechar para mais de seiscentas habitações coletivas que davam alojamento a mais de 13 mil pessoas.” (ROCHA, 1995, p 87).

O bota-abaixo e a ausência de política habitacional para os trabalhadores ampliou o déficit de moradias. A expulsão das antigas habitações teve como maior destino os morros da região central, principalmente a Favela (atual morro da Providência, Gamboa). Isso se deveu ao encarecimento das casas de cômodo e estalagens ainda existentes, da concentração de empregos no centro da cidade e do alto custo das passagens do transporte coletivo, o que impedia o deslocamento para outras regiões.

Carvalho (1995) ao abordar o problema da habitação no final do século XIX e início do XX, ressalta a transferência à iniciativa privada pela construção de moradias populares. Citando alguns exemplos que se beneficiaram de decretos do poder público para construção das habitações coletivas e vilas operárias, menciona a Companhia de Saneamento responsável pela construção da Vila Operária Rui Barbosa, na rua dos Inválidos com rua do Senado. A mesma companhia seria responsável pela construção da Vila Arthur Sauer, na rua Dona Castorina, para operários da Fábrica Carioca, a Vila Senador Soares, situada às ruas Artidoro da Costa, Piza e Almeida e Souza Franco e a Vila Maxwell, na rua Maxwell, ambas próximas à Fábrica Confiança. Carvalho (1995) revela que esses empreendimentos da construção civil foram bastante incentivados pelo governo com a isenção de impostos sobre os materiais importados para a construção. A construção das vilas operárias era importante para burguesia, mas não apenas para o setor da construção civil. As fábricas viam nesse tipo de moradia a possibilidade de reter, formar e controlar sua mão de obra, “permitia a transmissão de todo um modo de vida, no qual os valores da ideologia burguesa criavam um comportamento adequado ao ‘operário produtor da mercadoria’.” (CARVALHO, 1995, p. 150).

## 5 METODOLOGIA

Este estudo pretende se realizar como uma pesquisa exploratória e descritiva. Busco, a partir de pesquisa bibliográfica, compreender, de forma crítica, alguns conceitos e categorias como: lazer; classe e formação de classe; memória social; e, formação integral.

A partir da compreensão dos conceitos e categorias, pela confrontação de textos de diferentes autores e documentos oficiais de arquivos, pretendo descrever os fenômenos do lazer/turismo, da formação de classe e de memória social e como estes podem contribuir com uma formação integral.

O estudo sobre o conceito de lazer/turismo e memória será feito, predominantemente, a partir da bibliografia que se encontra na Biblioteca Professora Silvia Becher (PROPGPEC/CP II) do Colégio Pedro II (CP II), com relevância dada à bibliografia sobre Educação Profissional e Tecnológica e sobre turismo. Sobre o conceito de formação de classe além da bibliografia que aborda especificamente essa categoria, será revisada bibliografia sobre história da formação da classe trabalhadora no Brasil e no Rio de Janeiro. Sobre formação da classe trabalhadora e o contexto histórico, será seguida a sugestão do Orientador.

Sobre formação integral será dado privilégio à bibliografia que trata das bases conceituais em Educação Profissional e Tecnológica, especificamente, as pesquisas sobre temas correlatos à presente pesquisa.

A princípio, como orienta Gil (2002), procederei à seleção dos textos que se aproximam dos objetivos da pesquisa. Essa seleção, à princípio, se dará a partir da sugestão do Professor Orientador, principalmente, ao que se refere à história do movimento operário no Rio de Janeiro no início da primeira década do século XX.

Como exposto acima, será utilizado, também, como base para a seleção das fontes (livros e artigos), a bibliografia do Programa do Curso Técnico em Guia de Turismo. Também serão consultados os Anais do Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Também serão consultadas as dissertações e produtos educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica sobre o Curso Técnico em Guia de Turismo na Rede de Educação Tecnológica.

Serão consultados, a princípio, documentos digitalizados, disponibilizados na rede mundial de computadores, de arquivos públicos como:

- a) Arquivo Nacional, que guarda documentos oficiais do Estado Brasileiro;
- b) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, acervo fotográfico;
- c) Biblioteca Nacional, em especial a Hemeroteca digital para consulta de periódicos da época pesquisada;
- d) Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Instituto Federal de Ciências Sociais (IFCS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);
- e) Sítios da rede mundial de computadores especializados em memória da classe trabalhadora e memória da cidade do Rio de Janeiro;
- f) O sítio Brasiliana Fotográfica, acervo fotográfico sobre o Rio de Janeiro no início do século XX.

A partir da literatura e dos documentos consultados sobre a formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro no início da primeira década do século XX, pretendo mapear as localidades (ou locais aproximados) que se referenciem aos momentos, organizações, eventos, manifestações em geral e personalidades integrantes da classe, que possam constituir um inventário de locais para construção de roteiro de visita turística na cidade do Rio de Janeiro. A aplicação do produto educacional, inventário para construção de roteiros turísticos (Rio de Janeiro, 1903 – 1906). Refletindo a cidade como espaço de atuação dos trabalhadores, pode ser feita nas aulas de Teoria e Técnica de Guiamento como exercício vivência e prática profissional e aulas passeios e/ou visitas guiadas articuladas com a educação formal, com as aulas expositivas do ensino fundamental e médio.

## 6 PRODUTO EDUCACIONAL

Ao comparar a situação atual dos trabalhadores – como a extensa jornada de trabalho, as precárias condições de trabalho, a quase total ausência de direitos, o desemprego, a expulsão para as periferias das cidades impondo horas de permanência no deslocamento de casa para o trabalho e do trabalho para casa – com a época correspondente ao escrito de Paul Lafargue (1980), *O Direito à Preguiça*, Marcellino (2003) assevera que essa classe, tal como antes, não dispõe de tempo livre, um dos elementos necessários à fruição do lazer. Esta situação é um dos elementos que aproxima a classe trabalhadora de épocas distintas e distantes. A decisão sobre o que fazer com o tempo do qual podemos dispor, também será fator de grande importância para a formação do(a) trabalhador(a). Neste sentido, concordo com o autor que essa fruição pode contribuir “para recuperar o humano na vida do homem [...]” (MARCELLINO, 2003, p. 67). A partir deste posicionamento, é que me proponho discutir como chegar a esse “tipo” de lazer. No decorrer desta dissertação, já abordamos o lazer como forma de evasão – o que é cabível e aceitável – de um cotidiano opressivo e alienante. Marcellino (2003) pontuará que o lazer, apesar de poder se desenvolver em atividades que mantenham uma acomodação ao cotidiano, também pode se desenvolver em formas que levem ao conhecimento crítico pelos sujeitos do lazer.

Com base nas leituras feitas sobre o lazer e, em particular o turismo, reconhece-se que tanto o lazer como o turismo criaram instituições que nos parecem, em um primeiro momento, existirem, apenas, para atender as demandas por atividades e produtos requeridos pelos indivíduos. Porém, tais “instituições não apenas atendem a uma demanda, mas também têm um papel capital **em sua criação e decisão a respeito de como atendê-la.**” (PARKER, 1978, p. 33. Grifo nosso). O tempo liberado do trabalho e de outras obrigações sociais, portanto, passa a ser objeto que tais instituições têm interesse em se apropriar. Por um lado, o “tempo livre torna-se um tempo social e o lazer torna-se um produto da sociedade de consumo, mercadoria que se vende e se compra.”. (RDRIGUES, 2017, p. 19). Por outro lado, voltando a Marcellino (2003), a educação para o lazer pode estimular o conhecimento crítico das condições sociais que cercam os indivíduos pertencentes à classe trabalhadora. O que pode orientar o lazer em outra direção, ao invés de um consumo alienado, uma experiência formativa integral. Parker (1978) exemplifica esta

ambiguidade do lazer ao comentar formas distintas da mesma atividade. O autor classifica em “formas ‘quadradas’ e transgressoras’ [...]” (PARKER, 1978, p. 58) a orientação de atividades que, respectivamente, mantêm-se silentes quanto aos efeitos da alienação do trabalho e, aquelas que buscam compreender as implicações da sociedade de classes para a totalidade das relações sociais e as consequências para a classe trabalhadora.

**O volume e o tipo de instrução que recebemos influenciam o modo como aproveitamos o lazer**, o âmbito de nossas atividades e o fato dessas atividades afetarem ou não outras esferas da vida.

[...].

Uma das funções do lazer é desenvolver a personalidade e, neste sentido, os objetivos do lazer e da educação se harmonizam. (PARKER, 1978, pp. 110 e 112. Grifo nosso)

Mais uma vez, concordo com a importância da formação do indivíduo, assinalada por Parker (1978), como importante fator para escolha entre os tipos diversos de lazer. Compreendo que a formação integral, o ensino integrado, por seus princípios, é o que pode garantir a ampliação da compreensão da realidade circundante, e possibilitar aos sujeitos do processo de ensino-aprendizagem procurar atividades de lazer “transgressoras”, ampliando o espectro de suas escolhas.

“A educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.” (FRIGOTTO e ARAUJO, 2018, p. 256). Esta sentença exprime a afinidade da educação com o lazer, o papel na formação da personalidade, que Parker (1978) menciona. Essa harmonia, essa identidade, é o que nos leva a constituir nosso produto educacional, associando turismo e ensino integrado. Aqui, a prática do turismo é uma revitalização do processo de ensino-aprendizagem e não uma fuga de seus obstáculos (PARKER, 1978, p. 115). O turismo, na perspectiva do Inventário por nós elaborado, é o ponto de partida e de chegada do ensino integral.

A perspectiva do turismo pedagógico parte da realidade prática da investigação/apreensão do meio onde está inserido o sujeito do conhecimento. Tratando-se do espaço urbano, vislumbra-se que o estudante/turista perceba os elementos “materiais e imateriais, [...] o patrimônio como bem a ser preservado e **como lócus de aprendizagem.**” (LOUZEIRO, 2019, p. 56. Grifo nosso). Neste sentido, podemos voltar a Frigotto e Araújo (2018) que destacam a importância da prática social, onde educador e educando se encontram, mediados pela prática educativa, a fim de problematizar os múltiplos aspectos urbanos do local visitado a

partir do conhecimento teórico aprendido em sala de aula. Objetivando, por fim, a internalização consciente das observações e proposições geradas pelo tour.

O artigo de Louzeiro (2019) ao expor o desconhecimento dos estudantes do Curso Técnico de Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus São Raimundo Nonato, sobre a importância do Parque Nacional Serra da Capivara para a sua região – mesmo o parque possuindo importância para a arqueologia internacional. Revela outra razão para a utilização do roteiro turístico como mediação da “integração entre os saberes e práticas locais com as práticas sociais globais bem como [...] a compreensão dos objetos em sua relação com a totalidade social.” (FRIGOTTO e ARAUJO, 2018, p. 256). O conceito que foi utilizado para fazer esta mediação e apropriado por essa pesquisa para o desenvolvimento do Produto Educacional, é o de “patrimônio ambiental urbano” (MARCELINO, 2003), importante para análise dos percursos, espaços e aparelhos turísticos visitados. O conceito trata do envolvimento da comunidade com os espaços que constrói, espaços por onde circula. Mais precisamente, descobrir as ligações entre o ambiente e os sujeitos que com ele se relacionam, incentivando “um comportamento destinado à valorização, preservação e revitalização urbanas.” (MARCELLINO, 2003, p. 63).

A contextualização, que pressupõe, na perspectiva aqui trabalhada, a íntima articulação dos conteúdos formativos com a realidade social e com os projetos políticos dos trabalhadores e de suas organizações sociais. PISTRAK (2009) compreendia que a realidade social se constituiria como ponto de partida para os currículos integrados e a realidade social transformada como ponto de chegada. (FRIGOTTO e ARAUJO, 2018, pp. 258 e 259)

Mais uma vez, o Turismo Pedagógico se constitui em uma estratégia, entre outras, que materializa o ensino integrado. A relação entre teoria e prática que ocorre em aulas passeios e/ou viagens, objetiva aprofundar o conhecimento dos estudantes/turistas sobre os locais visitados em sua dimensão cultural, política, econômica, social e histórica na sua relação com os membros daquela comunidade.

na atividade do turismo educativo, o importante é despertar o interesse no aluno para o novo conhecimento, pelo local, pelos usos e costumes da população. Afinal, o sentido de pesquisar vem da vontade de conhecer mais a respeito de determinado assunto, transformando o aluno em sujeito crítico do conhecimento repassado em sala de aula. (LOUZEIRO, 2019, p. 59)

Frigotto e Araújo (2018) realçam que o ensino integrado não são apenas métodos ou técnicas de ensino, ou até mesmo o conjunto da estrutura física e o aporte orçamentário. Os autores afirmam que é preciso um compromisso ético-político por

parte dos educadores. O ensino integrado, a formação integral, pressupõe que a formação não está dirigida, não tem como objetivo, apenas o exercício de uma profissão. Ao contrário, o ensino integrado busca a “formação orientada pela ideia de completude da formação humana.” (FRIGOTTO e ARAÚJO, 2018, p. 255). Essa formação opõe-se a unilateralidade, consequência da separação do trabalho intelectual e o trabalho manual.

Marise Ramos (2008), com a finalidade de pensar a relação da formação profissional com a formação do intelectual, afirmará como pilares de uma educação integrada a escola unitária e a politecnia. Por escola unitária, a autora entende uma educação que permita a todos a apropriação dos conhecimentos produzidos pela humanidade. E, por politecnia a educação que possibilite “a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas.” (RAMOS, 2008, PDF 3).

Ao enumerar os três sentidos da integração, a autora detalhará a formação que compreende corresponder aos pilares, mencionados acima, da escola. O primeiro sentido é a formação omnilateral: uma formação que integra as três dimensões fundamentais que estruturam a vida humana – Trabalho, Ciência e Cultura. Sobre o Trabalho, a autora o compreende em sentido amplo, ou seja, em seu sentido ontológico e histórico. A ciência é tida como a produção do saber, mediada pelo trabalho, legitimados socialmente, válidos, portanto, para a compreensão da realidade e para a intervenção sobre ela. A cultura é compreendida, entre outras formas, como sistema de normas e valores compartilhados pelo grupo social, expressa por “valores éticos, morais e simbólicos” (RAMOS, 2008, PDF 6).

Marise Ramos quando discute o trabalho como princípio educativo adverte que esse princípio educativo pode ser visto por duas perspectivas opostas: a do capital e a do trabalho. Porém, preliminarmente, faz-se necessário entender o trabalho como meio pelo qual o ser humano, na produção de sua existência, transforma o mundo natural e social ao se redor. O trabalho concreto, produtor de valores de uso, é ineliminável, mas esse mesmo trabalho se manifesta em acordo com o “grau de ‘desenvolvimento social atingido historicamente’ pela humanidade em suas relações sociais de produção.” (RAMOS, 2008, PDF 6).

Sob o capitalismo o trabalho se manifesta através da venda da força de trabalho, produtora de mais-valia, de mercadoria. Em nosso sistema a produção de valores de uso não é a finalidade do ato produtivo, mas meio para produção da mercadoria. A

própria força de trabalho passa a ser mercadoria que se vende em troca dos meios necessários à reprodução do trabalhador. O ato produtivo não lhe pertence não é criação sua, é estranho e é separado dele. Portanto, subordina-se à existência das mercadorias.

Logo, ao adotarmos a “perspectiva do trabalhador” assumimos um projeto ético-político que busca superar essa situação e retomar ao ser social sua condição de sujeito produtor de sua existência e de sua história. Se a profissionalização do trabalhador é o meio para sua inserção no mundo trabalho, a partir da perspectiva adotada, formar profissionais não é apenas formar para o mercado de trabalho, antes pressupõe conhecer as dinâmicas socioprodutivas, historicizar o seu devir. Significa dizer que a profissionalização deve ter o trabalho como princípio educativo porque só o é em sua relação indissociável com a ciência e a cultura.

A ciência, como resultado da produção de conhecimento mediada pelo trabalho ao materializar tais conhecimentos em técnicas e tecnologias (teorias, maquinário e ferramentas/instrumentos de trabalho), incorpora-se ao ato produtivo desenvolvendo ainda mais a reprodução da existência humana, ampliando as potencialidades individuais e coletivas. No capitalismo, a ciência é convertida em força produtiva e, assim como o trabalho, passa a ser apropriada privadamente e apartada do ser que produz. Ainda assim, a ciência (o conhecimento) é patrimônio da humanidade e a ela, novamente, sob a perspectiva do trabalho, todos temos direito ao seu conhecimento.

Há que se considerar essas especificidades e o turismo pedagógico possibilita a vivência do alunado em diferentes áreas, mesmo que estas não sejam afins, posto que a proposta do mesmo (dessa atividade) é identificar em um meio (ambiente) a possibilidade de entendimento de diversas áreas do conhecimento, onde em uma viagem técnica podem-se visitar diversos ambientes em busca do alinhamento com o conteúdo transmitido em sala de aula [...]. (LOUZEIRO, 2019, p. 63)

É nesse sentido que o turismo pedagógico procura conhecer as relações estabelecidas entre o ser social e o espaço. A preparação baseada no saber multidisciplinar necessário à análise da transformação do espaço e da influência do espaço no comportamento dos grupos sociais é ressignificado com a prática das visitas turísticas. Sua preparação teórica se dá em sala, mas a presença no espaço urbano e sua observação e interação no espaço visitado é fundamental para a pesquisa, para o ensino da pesquisa, nas mais diferentes disciplinas/matérias ou áreas do conhecimento. Novamente, retorno a Frigotto e Araújo (2018) que defendem

que os conteúdos do ensino não podem ser orientados pelas exigências restritas e imediatistas do mercado, a fim de, tão somente, suprir mão de obra. As requisições da educação integral, para esses autores, têm a finalidade de formar sujeitos autônomos, capazes de, a luz do caso particular, compreender as relações essenciais do capitalismo e, a partir dos conhecimentos apreendidos, operar a transformação das relações sociais em direção a “construção de uma sociabilidade de fraternidade e de justiça social.” (FRIGOTTO e ARAUJO, 2018, pp. 258).

Dessa forma, os bens naturais e culturais não deverão ser preservados unicamente pelo que significam em si pela importância arquitetônica pelo seu caráter único ou mas também pela sua significação em termos da ligação que se estabeleceu com a comunidade onde estão situados. Assim, a participação comunitária é fundamental para o conhecimento do valor do ambiente e incentivo a um comportamento destinado à valorização, preservação e revitalização urbanas. (MARCELLINO, 2003, p. 63)

Voltamos à definição de Patrimônio Ambiental Urbano, pois o seu entendimento/reconhecimento demanda um referencial teórico que possibilite um posicionamento contra hegemônico que dê suporte à observação e à conclusão a qual Marcellino (2003) faz alusão, que o conceito é mais inclusivo, pois representa os aspectos culturais e históricos da comunidade que ali habita. Le Goff (1990) ao escrever sobre monumento observa que se caracteriza por uma memória que se inscreveu em um suporte físico, mas lembra que o monumento pode ser uma espécie de “confiscação da memória coletiva pelos imperadores romanos” (LE GOFF, 1990, pdf. 382).

O turismo pedagógico, e o próprio turismo, pode educar o olhar, buscando por aquilo que não está tão visível na paisagem. Não estou falando apenas de ruínas de antigas edificações, mas a partir da modificação da planta urbana da cidade ou de parte da cidade, reconhecer aquilo que um dia existiu materialmente e agora precisa ser recordado, por se tratar de um sítio importante para a memória social de um grupo – no caso desta dissertação a memória social do processo de formação da classe trabalhadora.

O patrimônio assume o sentido de unificador de bases culturais, torna-se uma construção social com o intuito de permitir o conhecimento do passado por meio de testemunhos de experiências anteriores, bem como promover a percepção e o sentimento de pertencimento a um espaço, a uma cultura compartilhada por um grupo social, auxiliando assim, na construção da identidade coletiva de um povo. Mostra-se como uma chance de que a sociedade perceba a si mesma. (RUBIN, 2010, p. 11)

O turismo pedagógico, com base nos princípios do ensino integral, pode ponderar criticamente o “sentido unificador de bases culturais” que o patrimônio assume. Thompson (1998), lembra que o costume não pode ser visto apenas como consenso, e que isto também se aplica à cultura. A constituição do costume e da cultura se dá pela oposição e luta entre interesse opostos, tanto costume como cultura são arenas dinâmicas – a troca entre grupamentos sociais é constante. A cultura e o costume se dão pela oposição entre grupos (classes) sociais distintos ou antagônicos. Por mais que existam elementos de cultura que simbolizem a identidade de um povo sob determinada nacionalidade, isso não implica um consenso absoluto sobre questões sociais e históricas desse mesmo povo, justamente pelas posições distintas que as classes sociais ocupam na produção e no Estado. O que às conduz a experiências diversa, que encarnaram (ou se inscreveram) em sítios, antigas edificações, praças, ruas, paisagens, que, por vezes, podem ter tido a presença de classes ou grupos sociais distintos, mas em determinado momento ganharam significação, tornaram-se símbolos, da ação e presença da classe que vive de seu trabalho. Por esse motivo, podemos afirmar que existe um patrimônio que pertence à classe trabalhadora, o que nos possibilita rememorar uma cultura que se vem construindo e que representa a identidade entre sujeitos no presente, no passado e, do presente com o passado.

A Greve de 1903 revela temas como a organização e a história pretérita dos trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro e a história imediatamente futura – a constituição de organismos de classe unitários a nível regional e nacional. O estudo da greve que revela a absoluta ausência de direitos sociais trabalhistas e as lutas desenvolvidas para conquistá-los, contestando uma dita história oficial que cisma em definir a era Vargas como o início dessas discussões. A condição ainda mais precária do trabalhador negro, da trabalhadora e do trabalho infantil, na indústria ou nos serviços. A participação dos trabalhadores negros e negras com suas estratégias particulares na configuração da classe trabalhadora e de suas organizações. A importância de sua cultura comum, como elemento de identificação e na constituição de laços de solidariedade efetivos. A importância do Jornal, principal meio de comunicação da época. A repressão e a polícia, forma e agentes, escolhidos pelo Estado para lidar com as questões trabalhistas. A modificação do traçado urbano que removeu milhares de pessoas de suas casas, que destruiu morros, como o do Castelo e o de Santo Antônio, os aterramentos (dos mangues, inclusive). Todos esses fatos

podem ser abordados pelas diferentes disciplinas, história, sociologia, geografia, ciências, matemática, educação musical, do ensino fundamental, médio e profissional.

Parker (1978), citando Reynold Carlson, vai defender a ideia de que “aprendizagem é mais rápida e duradoura se for agradável e satisfatória em si mesma, e as melhores experiências educacionais assumem uma natureza lúdica” (CARLSON apud PARKER, 1978, p. 112). Ultrapassar as paredes da sala de aula e o espaço da escola é o começo para uma dinâmica mais descontraída. Isso não significa que o turismo pedagógico seja uma espécie de flamar, mas a observação e interação com o meio que fora objeto de explicações de uma aula expositiva pode ser excitante aos educandos, que se sentirão um pouco mais “livres”.

Deslocar-se, temporariamente, do ambiente habitual, para pesquisar o espaço urbano através do passeio por ruas conhecidas ou desconhecidas, guiados pela observação orientada por uma prévia discussão dos aspectos históricos, sociais e culturais da região e sua população, diminui o caráter de obrigatoriedade presente na educação formal, ao mesmo tempo que pode despertar certa curiosidade sobre a paisagem em busca de símbolos/signos que se remetam ao discorrido em sala de aula, conjugado com informações e saberes aprendidos em outros momentos e espaços.

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. (GOHN, 2006, p. 28)

O turismo e o turismo pedagógico fazem parte da educação não-formal e, pelo que expus até aqui, ele desenvolve as múltiplas dimensões propostas por Ghon (2006). Porém, no sentido que Frigotto (2007) atribui à formação profissional, não-dualista, o que considera a articulação de todas as dimensões citadas por Ghon (2006).

Saviani (2007) lembra, ao abordar o ensino fundamental, que a educação está organizada de acordo com o nível de desenvolvimento da sociedade, e isso é o que impõe aos educandos um determinado “acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos, sem o que não se pode ser cidadão, isto é, não se pode participar ativamente da vida da sociedade.” (SAVIANI, 2007, 160). Sua conclusão, baseando-

se em Gramsci, é que o trabalho como princípio imanente deste nível de ensino, conduz a uma relação implícita entre trabalho e educação no nível fundamental (SAVIANI, 2007, 160). No nível médio, Saviani (2007) alerta que esta relação entre trabalho e educação deve ser explicitamente pronunciada. Pois, o autor ao identificar as transformações ocorridas no processo de produção, identifica uma correlata separação entre educação e trabalho. Fundamentado, principalmente, no desenvolvimento tecnológico que levou à ampliação do maquinário no processo produtivo. Saviani (2007) argumenta que o conhecimento das técnicas de produção artesanais não é mais exigido, e que o maquinário apenas requer um trabalhador sem especialização. Logo em seguida, adverte que a formação de profissões voltadas ao reparo das máquinas criou um tipo de educação voltada exclusivamente para o conhecimento restrito das “necessidades do processo produtivo” (SAVIANI, 2007, p. 159).

## 7 CONCLUSÕES

Por fim, compreendemos que o turismo e o turismo pedagógico quando informados pela elaboração de roteiro que procura se fundamentar no conhecimento científico, no nosso caso a ciência histórica, a sociologia e os conceitos básicos da Educação Profissional e Tecnológica – o ensino integral, o ensino tecnológico e a Politecnia –, busca superar a dualidade do ensino, rumo a uma formação omnilateral do ser social, dos trabalhadores em particular. O educando, através desta pesquisa que se materializa neste produto educacional, terá condições de refletir sobre o papel criador do trabalho, tanto o que envolve a discussão sobre trabalho estranhado e trabalho concreto, como o que envolve a agência dos trabalhadores na busca de transformações sociais. Poderá refletir sobre o conhecimento científico como produto do trabalho humano, exemplificado em um roteiro que guarda sentido com as condições de existência e com a “identidade de classe” do Técnico em Guia de Turismo, criando possibilidades de não figurar apenas como apêndice da indústria do turismo.

O Inventário de Locais para construção de roteiro Turístico de memória da classe trabalhadora propõe a reflexão sobre a agência dos trabalhadores, que não está limitada a uma conceituação preexistente. Observar as distintas formas de experiência, no tempo e no espaço, vivida pela classe trabalhadora, enriquece a análise dos processos sociais, culturais, políticos e históricos nos quais ela está envolvida. O que, por sua vez, nos leva à compreensão de que a cidadania não é um estado passivo mas uma condição sempre a ser conquistada e ampliada. Portanto, a recuperação da memória da formação dos trabalhadores cariocas, mais que uma coletânea de acontecimentos, é um meio para a constituição de uma identidade que se localiza nas experiências dos despossuídos em suas lutas contrárias à exploração e a favor da humanização do ser social, seja demonstrando as condições de trabalho no início da primeira década do século XX, seja trazendo à superfície do senso comum que a organização e combatividade da classe trabalhadora não é tributária apenas das tradições dos trabalhadores europeus mas, também, da história pregressa do trabalhador negro escravizado, liberto ou livre.

O Inventário de locais para construção de roteiro de memória se coaduna com os conceitos básicos da Educação Profissional Técnica e Tecnológica, pois

compreende que o trabalho, tanto dos sujeitos que são objeto desta dissertação como dos Técnicos em Guia de Turismo, confere o fundamento para a produção de roteiros turísticos. O inventário de locais para a construção de roteiro de memória se baseia em pesquisa que pressupõe o conhecimento científico necessário para a sua consecução. Portanto, como modelo ou exemplo para outros roteiros, este Produto Educacional segue os preceitos da Educação Integral quanto à superação do ensino dual e propõe aos estudantes do ensino fundamental, do ensino médio, da Educação Profissional e Tecnológica e aos trabalhadores e turistas em geral uma articulação entre a prática do turismo e as teorias da formação de classe, do lazer e da educação não-formal produzam uma práxis prazerosa convertida em passeios, aulas passeios e visitas guiadas. Reencontrando o essencial daquilo que nos torna humanos.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

ARANTES, Erika Bastos. **O porto negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2005.

AZEVEDO, Francisca Nogueira de. **MALANDROS DESCONSOLADOS. O diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Relume, 2005.

BARBOSA, André Ricardo de Oliveira. **Uma análise da Revolta da Vacina (1904) sob a ótica da autoinstituição castoriadiana**. 2018. Monografia (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 2018.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro v.5, nº 3, p. 27 – 33, 2005.

BERDU, Livia Cintra. A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café: novos questionamentos para incontornáveis debates (1904-1913). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, p. 1–20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2020.e66937>. Acesso em: 01 de junho de 2024.

CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1877-1944)**. 2ª Edição, São Paulo: DIFEL, 1984.

CARVALHO, Lia de Aquino. Contribuição ao estudo das habitações populares: 1866 – 1906. In: ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870 – 1920**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1995. p. 109 – 173. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcqglefindmkaj/https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101374/era\\_demolicoes\\_hab\\_pop.pdf](chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcqglefindmkaj/https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101374/era_demolicoes_hab_pop.pdf). Acesso em: 12 de março de 2025.

COSTA, MARIANA BARBOSA CARVALHO DA. **Entre o lazer e a luta: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917)**. 2014. Dissertação (mestrado História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2014.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, p. 243 – 290, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21001>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Da tutela ao contrato: “homens de cor” brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição. **Topoi. Revista de História**, Rio de Janeiro, Volume 11, Número 20, Janeiro – Junho, p. 114 – 135, 2010. Disponível em: <https://revistatopoi.org/site/topoi20/>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social 1890 – 1920**. 2ª Edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Práticas pedagógicas e ensino integrado. In FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, UERJ, LPP, 2018. p. 249 – 266.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, nº 100 – Especial, p. 1119 – 1152, outubro, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Edição, São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, vol. 14, núm. 50, pp. 27-38, janeiro-março, 2006.

GOLDMACHER, Marcela. Associações Operárias e a “Greve Geral” de 1903. In: GOLDMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz (Orgs). **Faces do Trabalho: escravizados e livres**. Niterói: EdUFF, 2010, p. 195 – 231. E-Book. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15265>. Acesso em: 18 de maio de 2023

GOLDMACHER, Marcela. Movimento operário: aspirações e lutas. Rio de Janeiro (1890-1906). In: MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). **Trabalhadores em greve, polícia em guarda**. Greves e repressão policial da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto Editora e Produtora de Arte, 2004b. p. 105 – 136.

GOLDMACHER, Marcela. **A “Greve Geral” de 1903 - O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910**, 2009. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense / ICHF – Dep. de História, Niterói, 2010.

HALBAWCHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. 2ª Edição, São Paulo: Aieph, 2001.

LAFARGUE, PAUL. **O Direito à Preguiça**. São Paulo: Editora Kairós, 1980. [E-Book](#). Acessado em 07/01/2025.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 1990. [E-Book](#). Acessado em 17 de outubro de 2023.

LINHARES, Hermínio. **Contribuição à história das lutas operárias no Brasil**. 2ª Edição, São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer; STOTZ, Eduardo Navarro. Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro: 1870-1894. **Estudos Econômicos** (São Paulo), São Paulo, Brasil, v. 15, n. Especial, p. 49–88, 1985. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/157229>.. Acesso em: 24 de abril de 2024.

LOUZEIRO, Flávia Oliveira da Silva. Experimentando o conhecimento: o Turismo Pedagógico como ferramenta para o Ensino Profissional. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.12, n.1, pp.55-66, fev/abr 2019,.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 1ª Edição, São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. **Revista Rio de Janeiro**, n. 12, p. 229 – 251, jan-abril 2004a. Disponível em: [http://www.forumrio.uerj.br/publicacoes\\_fase3\\_n12.htm](http://www.forumrio.uerj.br/publicacoes_fase3_n12.htm). Acesso em: 24 de abril de 2024.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores em greve, polícia em guarda. Greves e repressão policial da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto Editora e Produtora de Arte, 2004b.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Humanização**. 2ª Edição, Campinas: Papyrus, 2003.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Coleção Biblioteca Carioca, 1995. Disponível em: [www.academia.edu/5889985/Tia Ciata e a Pequena África no Rio](http://www.academia.edu/5889985/Tia_Ciata_e_a_Pequena_Africa_no_Rio). Acessado em: 10 de abril de 2024.

NEVES, M. C. B. Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 49–66, 1973. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/40221>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

PARKER, Stanley. **A Sociologia do Lazer**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

RAMOS, Marise Nogueira. Concepção de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. **Secretaria de Educação do Estado do Paraná**, p. 1 – 30, 2008. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://tecnicadmiwj.wordpress.com/wp-content/uploads/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acessado em: 12 de setembro de 2024..

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Coleção formação pedagógica; v. 5. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RIO, João do. **A Alma Encantadora das Ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870 – 1920**. 2ª edição, Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca, 1995. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101374/era\\_demolicoes\\_hab\\_pop.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101374/era_demolicoes_hab_pop.pdf). Acessado em: 12 de março de 2025.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 2ª edição, São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, A. A. B. Tempo livre como objeto de consumo e lazer dirigido como oportunidade de manipulação. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 67, p. 17–26, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/943>. Acesso em: 24 jul. 2023.

RUBIN, Ana Carolina Barroso. **A prática do turismo pedagógico no contexto dos museus: a experiência de museus das cidades do Rio de Janeiro e Niterói**. 2010. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34, p. 152 – 180, jan./abr. 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Cosac Naify, 2013. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://geovest.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/07/a-revolta-da-vacina-nicolau-sevcenko.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2025.

THOMPSON, E. P. **A MISERIA DA TEORIA ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser**. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular e tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Wood, Ellen Meiksins. **DEMOCRACIA CONTRA CAPITALISMO a renovação do materialismo histórico**. 1ª Edição, São Paulo: Boitempo Editorial 2003.

## APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

Tanto as fotos quanto os postais constituem os novos arquivos familiares, a iconoteca da memória familiar. (LE GOFF, 1990, pdf. 402)

A elaboração do inventário para roteiro turístico da formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro, no início da primeira década do século XX, para o curso Técnico em Guia de Turismo tem sua importância para o curso, para a cidade e para a classe trabalhadora – segmento importante de nossa sociedade.

Ao analisar a história da formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro e coligir locais do espaço urbano da cidade em um roteiro de turismo, a rememoração destes eventos traz impressa a ação dos(as) trabalhadores(as) na tentativa de transformarem as suas condições de vida e a sociedade da qual faz parte. Põe-se em relevo a desnaturalização de eventos sociais e os sujeitos passam a ser vistos como dirigentes (*lato sensu*), o que contribui para eliminar a dualidade onde uns elaboram e organizam e outros executam.

Além disso, como se trata de discutir a formação da classe trabalhadora, está atrelado a essa discussão o conceito de trabalho, em seus dois sentidos, ontológico e histórico. Do ponto de vista ontológico, está a ineliminável necessidade do intercâmbio com a natureza para satisfação das necessidades humanas. E em seu processo de produção e reprodução, o ser social se modifica e se assenhora dos conhecimentos que elabora. Dessa sistematização do conhecimento “socialmente reconhecidos como válidos em determinado espaço e tempo histórico [...]” (Ramos, 2014, p. 85), deduz-se o conceito de ciência. O espaço e o tempo histórico serão reconhecidos pela forma de organização da produção e as relações sociais correspondentes.

Isso se coaduna com o que está previsto no Plano Pedagógico do Curso Técnico Subsequente Presencial em Guia de Turismo (PPCGT), “a formação do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente e comprometido com as transformações da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social.” (PPCGT, 2018, p. 7).

Os locais estão inventariados na forma de cartões postais, com fotos de logradouros e personalidades da época, com textos que se remetem aos eventos da greve de 1903, os postais possuem links para os acervos utilizados e para o *Google Maps*, informando a localização e sugestões de trechos a percorrer.